

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, Etiópiá, P.O. Box: 3243 Tel.: (251-11) 5513 822 Fax: (251-11) 5519 321

Email: situationroom@africa-union.org

SC2T311

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Trigésima Sessão Ordinária
28-29 de Janeiro de 2018
Adis Abeba, Etiópiá

Assembly/AU/6(XXX)
Original: Inglês-Francês

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS
SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E
SEGURANÇA EM ÁFRICA**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA) sobre as suas Actividades e a Situação de Paz e Segurança em África é submetido à apreciação da Conferência da UA em consonância com a alínea q) do Artigo 7.º do Protocolo relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança da UA. O Relatório abrange o período compreendido entre a 29.ª Sessão Ordinária da Conferência da UA, realizada em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 3 e 4 de Julho de 2017, e a 30.ª Sessão Ordinária da Conferência da UA, que teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 28 e 29 de Janeiro de 2018. O relatório abarca as actividades levadas a cabo pelo CPS durante o período em análise e fornece uma visão geral sobre a situação de paz e segurança no continente no que diz respeito a situações de conflito e crise, bem como o estado de implementação da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA). Além disso, as Conclusões do Quinto Seminário de Alto Nível do CPS sobre a Paz e Segurança em África: Apoio aos novos Membros Africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (A3) nos Preparativos para a Abordagem das Questões de Paz e Segurança no Continente, realizado nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2017, em Livingstone, Zâmbia, figuram em anexo ao presente relatório para aprovação pela Conferência.

2. O CPS é composto por quinze (15) membros com direitos iguais, em conformidade com o número 1 do Artigo 5.º do seu Protocolo. Os actuais membros do CPS incluem a Argélia, Botswana, Burundi, Chade, Congo*, Egipto*, Quênia*, Níger, Nigéria*, Ruanda, Sierra Leone, África do Sul, Togo, Uganda e Zâmbia*¹. Em conformidade com o Artigo 23.º do Regulamento Interno do CPS, os membros do CPS alternam a presidência do CPS numa base mensal seguindo a ordem alfabética inglesa dos nomes dos países. Durante o período em análise, Nigéria, Argélia, Botswana, Burundi, Chade e Congo presidiram o CPS de Julho a Dezembro de 2017. Durante o presente mês de Janeiro de 2018, o CPS está a ser presidido pelo Egipto.

3. De referir que o mandato dos Estados-membros do CPS, com um mandato de dois anos, expirará a 31 de Março de 2018. Devido à expiração do mandato dos dez (10) membros do CPS, o Conselho Executivo, durante a 32.ª Sessão Ordinária, a ser realizada em Adis Abeba, nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2018, elegerá dez novos membros que assumirão as suas funções no Conselho com efeitos a partir de 1 de Abril de 2018, em conformidade com a prática do CPS.

4. Durante o período em análise, o CPS prosseguiu os seus esforços com vista a abordar situações de conflito e crise, inclusive através da realização de missões no terreno em algumas zonas de conflito no continente.

¹ * Membros do CPS com um mandato de três anos

II. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA

5. Durante o período do relatório, o PSC continuou a acompanhar as situações de conflito e crise no continente, bem como com várias questões temáticas relacionadas com a promoção da paz, segurança e estabilidade em África. No total, o CPS realizou cinquenta (50) reuniões durante o período em análise. As reuniões cobriram as seguintes situações: Burundi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Darfur (Sudão), Guiné-Bissau, Líbia, Mali/Sahel, Somália e Sudão do Sul. O CPS analisou igualmente as actividades da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), da Missão Híbrida da União Africana/Nações Unidas em Darfur (UNAMID), da Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF) contra o Boko Haram e da Comissão de Bacia do Lago Chade (LCBC). O CPS analisou igualmente o desenvolvimento da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), bem como a cooperação entre a UA e os mecanismos de paz ad hoc sub-regionais, com particular enfoque na MNJTF e na Força Conjunta do Grupo G5-Sahel. O CPS analisou igualmente a implementação do comunicado da sua 455.ª reunião realizada em Nairobi, Quênia, a 3 de Setembro de 2014, sobre a prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento em África. Além disso, o CPS recebeu informações sobre eleições em África numa base trimestral, bem como informações sobre as actividades dos membros africanos (A3) do Conselho de Segurança da ONU. O CPS aprovou ainda as conclusões do Seminário de Alto Nível sobre a Paz e Segurança em África, realizada em Livingstone, Zâmbia, nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2017.

6. O CPS realizou também reuniões sobre questões temáticas, incluindo a livre circulação de pessoas; a questão das crianças-soldado; resposta humanitária para as vítimas afectadas por actividades terroristas; situação de seca e suas implicações na paz e segurança em África; justiça, paz e reconciliação; papel das mulheres na prevenção e combate ao extremismo violento em África; ligação entre o terrorismo e o crime organizado transnacional em África; migração, desenvolvimento e segurança em África e ameaças de saúde pública à paz e segurança em África. Além disso, o CPS recebeu informações do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) sobre a situação humanitária na região do Sahel, bem como da Comissão de Consolidação da Paz da ONU.

7. A 4 de Setembro de 2017, o CPS lançou o Mês Africano da Amnistia, em consonância com a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec. 645 (XXIX), aprovada durante a 29.ª Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada nos dias 3 e 4 de Julho de 2017, em Adis Abeba, que declarou o mês de Setembro de cada ano, até 2020, como o “*Mês Africano da Amnistia*” para a entrega e recolha de armas ligeiras e de pequeno calibre ilícitas. Durante o mesmo mês, o CPS, em conformidade com os Artigos 18.º e 19.º do seu Protocolo, realizou uma reunião consultiva com alguns órgãos da UA, cujos mandatos incluem questões de paz e segurança em África.

8. Durante o período em análise, o CPS realizou duas missões no terreno. A primeira missão no terreno foi realizada aos países da Bacia do Lago Chade, de 27 a

31 de Julho de 2017, onde o Conselho visitou Yaoundé e Maroua nos Camarões, Ndjamena no Chade, Diffa e Niamey no Níger e Maiduguri e Abuja na Nigéria. A segunda missão no terreno foi realizada à República Democrática do Congo (RDC), de 22 a 26 de Outubro de 2017. O objectivo principal de ambas as missões no terreno era auscultar os intervenientes e obter informações em primeira mão sobre a situação nos países da Bacia do Lago Chade e na RDC, para que o Conselho encontre os melhores meios e formas de redobrar os seus esforços na busca de soluções, bem como na mobilização da assistência humanitária necessária, especialmente nos países da Bacia do Lago Chade, onde o grupo terrorista Boko Haram provocou uma enorme destruição.

9. O CPS, durante o período em análise, realizou uma reunião ministerial a 20 de Setembro de 2017, em Nova Iorque, à margem da 72.^a Sessão da Assembleia Geral da ONU. Durante a reunião, o CPS discutiu a situação no Sudão do Sul e aprovou um comunicado destinado a ajudar as partes do Sudão do Sul a encontrar uma solução para o conflito no seu país. Em conformidade com o Artigo 17.^o do seu Protocolo, o CPS realizou uma reunião informal e a 11.^a Reunião Consultiva Conjunta Anual com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos dias 7 e 8 de Setembro de 2017, em Adis Abeba, respectivamente. Posteriormente, nos dias 16 e 17 de Novembro de 2017, o PSC realizou, em Adis Abeba, o seu 3.^o Retiro Conjunto e a 10.^a Reunião Consultiva Conjunta Anual com o Comité Político e de Segurança da União Europeia (EUPSC), respectivamente. Nas referidas reuniões, foram discutidas questões relacionadas com a paz e segurança em África, bem como o financiamento de actividades da UA no domínio da paz e segurança e o reforço da parceria para promover a paz, a segurança e a estabilidade em África. Além disso, a 15 de Janeiro de 2018, o CPS realizou uma sessão consultiva interactiva com a Liga dos Estados Árabes (LEA) com vista a reforçar o diálogo sobre questões de paz e segurança em África.

10. Nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2017, o CPS organizou o Quinto Seminário de Alto Nível do CPS sobre a Paz e Segurança em África: Apoio aos novos Membros Africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (A3) nos Preparativos para a Abordagem das Questões de Paz e Segurança no Continente, realizado em Livingstone, Zâmbia. Importa ressaltar que o propósito do Seminário é reforçar o papel do A3 na promoção, advocacia e defesa das posições comuns africanas sobre questões de paz e segurança relacionadas com África no processo de tomada de decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

11. Como parte dos esforços para activar os Organismos Subsidiários e Subcomités estabelecidos pelo CPS nos termos do disposto no número 5 do Artigo 8.^o do seu Protocolo, o Comité de Peritos (CdP) organizou o seu Primeiro Retiro de 11 a 16 de Dezembro de 2017 em Musanze, Ruanda, a fim de revigorar as suas actividades e executar algumas das funções a si atribuídas pelo CPS. Durante o Retiro, o CdP desenvolveu, entre outras coisas, o seu programa anual de actividades indicativo para garantir que o Comité continue activo no apoio ao trabalho do CPS. As Conclusões do Retiro do CdE foram aprovadas pelo CPS na sua 746.^a reunião realizada a 17 de Dezembro de 2017.

III. A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

A. SITUAÇÕES DE CONFLITO E CRISE

I. Oceano Índico

Madagáscar

12. A situação em Madagáscar durante o período em análise foi marcada por importantes desenvolvimentos políticos, socioeconómicos e de segurança. A nível político, foram registados progressos nos preparativos para as eleições parlamentares e presidenciais, agendadas para terem lugar antes do final de 2018. A este respeito, a reforma do quadro eleitoral está na fase de conclusão, a qual foi iniciada em 2016, com uma lista provisória de eleitores, projectos de leis orgânicas referentes ao sistema eleitoral geral e referendos. Com um orçamento eleitoral estimado em US\$ 12.944.865, US\$ 5.640.791 já foram mobilizados pela Comissão Nacional de Eleições Independente (INEC). Como parte dos esforços da UA para apoiar Madagáscar na sua trajetória para a consolidação dos ganhos obtidos em termos de estabilidade e reconciliação nacional, o Presidente da Comissão da UA enviou a Antananarivo, de 20 a 23 de Novembro de 2017, o Alto Representante da UA para Silenciar as Armas em África, o ex-Ministro Embaixador Ramtane Lamamra, para realizar consultas com as autoridades e outros intervenientes malgaxes, tendo em conta as próximas eleições. Durante estas consultas, o Alto Representante concentrou-se particularmente no fortalecimento da confiança e do diálogo entre todos os intervenientes numa série de questões relacionadas com o processo eleitoral e reconciliação nacional. Na sequência da missão da UA, o diálogo entre os actores malgaxes sobre os textos eleitorais acima mencionados foi retomado, antes da sua submissão à Assembleia Nacional.

13. O período em análise também foi marcado por uma alguma tensão política relacionada com a proposta das autoridades de rever a Constituição, em particular os seus artigos sobre a elegibilidade dos ex-Presidentes da República de Madagáscar. Por sua vez, a oposição deseja que a Constituição seja respeitada e acusa as autoridades de manipulação e manobras para adiar as eleições. Relativamente à elegibilidade dos ex-Presidentes para a próxima eleição presidencial, o Ministro da Justiça de Madagáscar afirmou, a 9 de Janeiro de 2018, que a decisão proferida, a 28 de Agosto de 2010, pelo Tribunal Penal de Antananarivo contra o Sr. Marc Ravalomanana, no contexto dos assassinatos de 7 de Fevereiro de 2009, permanece válida e que o ex-Chefe de Estado será notificado da sentença. Tal convicção irá pôr em causa a elegibilidade do ex-Presidente Ravalomanana, cujos apoiantes afirmaram a sua determinação em se opor a qualquer invalidação da candidatura.

14. A nível socioeconómico, Madagáscar reconquistou a confiança dos seus parceiros económicos bilaterais ou multilaterais. No entanto, este progresso continua frágil, devido à instabilidade social e à persistência da insegurança associada especialmente ao roubo de gado, aos vários tipos de tráfico, particularmente dos escassos recursos naturais do país.

15. Neste contexto, a Conferência pode instar as partes malgaxes a privilegiar o consenso através do diálogo na organização das próximas eleições e, em particular, a concluir previamente um acordo político com vista a criar condições conducentes a um ambiente político pacífico; eleições pacíficas, livres, transparentes e credíveis, cujos resultados seriam aceites por todos; exortar as autoridades malgaxes a adiar a revisão da Constituição face às circunstâncias actuais; incentivar a Comissão a realizar, o mais cedo possível, uma missão pré-eleitoral à Madagáscar e a disponibilizar ao país peritos para auxiliar na elaboração de um Código de Boa Conduta e no estabelecimento de um processo eleitoral credível; exortar os parceiros de Madagáscar a prestar apoio financeiro ao processo eleitoral; e felicitar o Presidente da Comissão pelos seus esforços no sentido de apoiar Madagáscar e incentivar o seu Alto Representante a prosseguir os seus esforços.

II. Corno de África

16. Recorde-se que várias decisões da Conferência da União apelaram para uma abordagem holística dos desafios no Corno de África. O CPS, no comunicado [PSC/AHG/COMM/2. (CCCXCVII)], da sua 397.^a reunião de Chefes de Estado e de Governo, realizada a 23 de Setembro de 2013, apelou ao Painel de Implementação de Alto Nível da UA para o Sudão e o Sudão do Sul, em apoio aos esforços da IGAD, a promover uma abordagem regional e holística dos desafios da paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento no Corno de África, incluindo a organização de uma conferência. Neste contexto, a Comissão da UA, sob os auspícios do Painel de Implementação de Alto Nível da UA para o Sudão e o Sudão do Sul e em estreita colaboração com a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), organizou de 8 a 10 de Outubro de 2017, em Cartum, Sudão, uma reunião consultiva estratégica para facilitar uma reflexão sobre os desafios de longa data e a mudança de dinâmica no Corno de África e iniciou um processo consultivo que permita o desenvolvimento de uma agenda comum para a paz e segurança regional no Corno de África. A reunião foi parte de uma série de processos estratégicos de consulta que culminarão no desenvolvimento de uma estratégia regional para a paz e segurança no Corno de África, reunindo um grupo seleccionado de decisores políticos, profissionais e peritos. O objectivo geral do processo consultivo é chegar a um entendimento comum dos desafios existentes e emergentes que a região enfrenta e assegurar uma apropriação comum dos problemas e das estratégias necessárias para abordá-los, sob a liderança da União Africana.

Sudão do Sul

17. No Sudão do Sul, a situação política, de segurança, económica e humanitária continuou a deteriorar-se com graves impactos na vida dos cidadãos. Consequentemente, a 20 de Setembro de 2017, o CPS reuniu-se em Nova Iorque e deliberou sobre a situação no Sudão do Sul. O CPS reiterou a sua convicção de que o Acordo sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (ARCSS) continua a ser a única opção viável para fazer face aos actuais desafios políticos, sociais, económicos e de segurança enfrentados pelo Sudão do Sul e alcançar uma

paz duradoura. O Conselho saudou a IGAD, a aprovação do Comunicado emanado da 31.^a Cimeira Extraordinária, bem como os comunicados do Conselho de Ministros da IGAD, realizada a 2 e 24 de Julho de 2017, respectivamente. O Conselho reiterou o seu apoio ao processo liderado pela IGAD e à realização do Fórum de Revitalização de Alto Nível (HLRF), que, segundo o Conselho, representa uma oportunidade única para o Sudão do Sul alcançar uma paz e estabilidade sustentáveis. O Conselho sublinhou também a necessidade de o Comité Ad hoc de Alto Nível da UA para o Sudão do Sul seja actualizado sobre o Fórum de Revitalização de Alto Nível. O Conselho exortou também a Comissão da UA a desenvolver urgentemente medidas possíveis, e a apresentá-las ao Conselho até Dezembro de 2017, contra todos aqueles que continuam a obstruir os esforços para restabelecer a paz e a segurança no Sudão do Sul. Referiu também que as medidas orientadas para a justiça devem ser acompanhadas de paz, reconciliação e recuperação, tendo em vista a complementaridade destes processos.

18. Relativamente à iniciativa de Diálogo Nacional, lançada pelo Presidente Salva Kiir Mayardit, o ceticismo inicial após o seu lançamento em Maio de 2017 parece ter sido superado. O Comité Director do Diálogo continuou a envidar esforços no sentido de envolver as comunidades locais e outras pessoas que vivem fora do país, principalmente na Etiópia, Quénia, Sudão e Uganda. O Dr. Riek Machar, do Movimento de Libertação do Povo do Sudão - Na Oposição [SPLM-IO], recusou-se a reunir-se com os representantes do Diálogo alegando que o cronograma e a estrutura do Diálogo Nacional não estavam em sincronia com a urgência dos assuntos em questão. Os Líderes do SPLM [ex-Presos Políticos (FDs)] foram igualmente reticentes e consideraram o processo como prematuro. Outros intervenientes exilados questionaram a intenção e agenda do Presidente Kiir sobre a ideia de um diálogo no meio da guerra.

19. Uma avaliação do processo de implementação do ARCSS pela Comissão Conjunta de Monitorização e Avaliação [JMEC], presidida pelo ex-Presidente do Botswana, Sua Excelência Festus Mogae, revelou uma grande diferença entre as realizações previstas e reais do ARCSS, após mais de dois anos de implementação. O Governo de Unidade Nacional de Transição (TGoNU), que participou no processo de avaliação, não concordou com os resultados e apresentou a sua própria avaliação. Apesar dos desentendimentos entre o TGoNU e a JMEC, a avaliação foi útil nos preparativos da IGAD para o HLRF e as Cimeiras e reuniões subsequentes da IGAD, que culminaram na 59.^a Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros da IGAD, realizada no dia 17 Dezembro de 2017, em Adis Abeba. Importa notar que as fases iniciais do processo HLRF constituíram, principalmente, consultas com os intervenientes do Sudão do Sul e foram apresentados contributos escritos de diversos actores dentro e fora do Sudão do Sul. Entre outras questões, a necessidade de um cessar-fogo permanente, um calendário revisto para a implementação do ARCSS, a reestruturação dos 32 novos Estados, a renegociação do acordo de partilha de poder, foram alguns dos tópicos comuns que emergiram das consultas do HLRF.

20. O processo de criação do Tribunal Híbrido do Sudão do Sul registou algum progresso. Após os debates, em Agosto de 2017, com o Alto Representante da UA, o ex-Presidente Alpha Omar Konare, o TGoNU finalizou o projecto de Memorando de Entendimento [MdE] e os Estatutos do Tribunal. Tanto o MdE como os Estatutos foram submetidos ao Conselho de Ministros pelo Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais em Novembro de 2017. Até 15 de Dezembro, a Comissão da UA tinha sido notificada pelo Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais do Sudão do Sul que ambos os documentos tinham sido aprovados pelo Conselho de Ministros durante a sua reunião de 13 de Dezembro de 2017. A Comissão da UA está a tomar as medidas necessárias para a assinatura conjunta pela Comissão e o Governo, antes da apresentação de um projecto de lei à assembleia nacional de transição para aprovação. Aquando da finalização deste relatório, as observações feitas pelo Conselho de Ministros estavam ainda a ser integradas no projecto de lei.

21. Todavia, as condições de segurança no país continuaram a ser uma grande preocupação. Houve uma intensificação da violência baseada em clãs e intracomunitárias na região noroeste de Bahr El Ghazal, no Alto Nilo, no nordeste, e Equatoria, no sul, em Maio de 2017. Em Outubro de 2017, as tensões aumentaram entre o Presidente Salva Kiir e o seu ex-Chefe de Estado-Maior, o General Paul Malong Awan, após a demissão do último em Maio de 2017. Em Novembro de 2017, o General Malong foi libertado da prisão domiciliar e partiu para Nairobi, Quênia, pondo fim a semanas de um impasse político e de segurança. Em Setembro de 2017, o TGoNU e a UNMISS chegaram a acordo sobre o envio da Força de Protecção Regional (RPF) e o desdobramento de tropas já iniciou.

22. O Presidente Yoweri Museveni, do Uganda, na sequência de um pedido formulado pelo Presidente Salva Kiir, continuou a facilitar a reunificação das facções do SPLM, nomeadamente, o SPLM-No Governo (IG), o SPLM-Na Oposição (IO) e os antigos Presos Políticos do SPLM (FPD's). Em Novembro de 2017, Uganda e Egipto colaboraram nos esforços para reunir as várias facções do SPLM no Cairo, Egipto. O Presidente do Uganda, Yoweri K. Museveni, e o Presidente do Egipto, Abdel Fattah el-Sisi, na sequência de um pedido do Presidente Salva Kiir, prosseguiram os seus esforços para facilitar a reunificação das facções do SPLM; nomeadamente, o SPLM-no Governo (IG), SPLM-na oposição (IO) e os antigos Presos Políticos do SPLM (FPD's), resultando na assinatura da Declaração do Cairo, a 16 de Novembro de 2017, e do Acordo de Entebbe, a 15 de Dezembro, que prevêm o roteiro do processo de reunificação do SPLM, com base no acordo da Arusha, assinado em Janeiro de 2015.

23. Entretanto, a visita do Presidente Kiir ao Sudão, a 31 de Outubro de 2017, conferiu um impulso acrescido aos esforços destinados a garantir a paz e relações harmoniosas entre os dois países. Em Novembro de 2017, o Presidente Hassan Al Bashir visitou o Uganda e os dois países comprometeram-se a envidar esforços para alcançar a paz no Sudão do Sul.

24. A situação humanitária também continuou a ser uma grande preocupação, tendo em conta o impacto negativo do conflito em curso na população civil. Cerca de 2

milhões de pessoas continuavam em situação deslocadas internas até Dezembro de 2017, com outras 2 milhões em países vizinhos como refugiados e 210 mil em Campos de Protecção de Civis da UNMISS. As necessidades de financiamento humanitário do Sudão do Sul continuam elevadas, situando-se em US\$ 1 bilhão em 2017.

25. O Alto Representante da UA para o Sudão do Sul, Sua Excelência Alpha Omar Konare, continuou a sua acção diplomática para a promoção do processo de paz. Entre Agosto e Novembro de 2017, o Alto Representante realizou consultas na África do Sul, Chade, Etiópia e nos Estados Unidos da América. Como parte das consultas, o Alto Representante defendeu o envolvimento pró-activo do Comité Ad Hoc de Alto Nível da UA para o Sudão do Sul, dada a sua importância estratégica para o processo de paz no Sudão do Sul. Por conseguinte, o Comité Ad Hoc realizou a sua primeira e segunda reunião a 20 de Novembro de 2017 e 18 de Janeiro de 2018, em Adis Abeba, respectivamente, a nível dos representantes permanentes da UA. As reuniões discutiram os desenvolvimentos no Sudão do Sul e consideraram formas que possam permitir o Comité aumentar a assistência ao processo de paz liderado pela IGAD e apoiar o Alto Representante para o Sudão do Sul de acordo com o seu mandato. Os membros do Comité Ad Hoc de Alto Nível participaram posteriormente em sessões de informação sobre o Fórum de Revitalização da IGAD, convocada pelo Presidente da IGAD em Novembro e Dezembro de 2017, assim como em Janeiro de 2018. Além disso, o Alto Representante viajou para a República do Congo com vista a realizar consultas com o Presidente Denis Sassou Nguesso sobre o possível papel que o seu país poderia desempenhar na prestação de assistência aos membros exilados do SPLM-IO que escaparam de Juba com o Dr. Riek Machar.

26. Subsequentemente ao amplo processo de consultas com todas as partes sudanesas do sul relevantes, a primeira fase do Fórum de Revitalização de Alto Nível liderado pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) para o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul teve lugar em Adis Abeba de 18 a 21 de Dezembro de 2017. Na referida reunião, o Presidente da Comissão da UA apelou a todos os intervenientes do Sudão do Sul para aproveitarem plenamente esta oportunidade única oferecida pela IGAD e a comprometerem-se solenemente e sinceramente para acabar imediatamente com a violência e acelerar a marcha para a paz e a reconciliação. Embora a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário, em 21 de Dezembro de 2017, tivesse criado muita expectativa tanto nas populações do Sudão do Sul em dificuldade, como na comunidade internacional preocupada com a questão é, no entanto, lamentável que as partes sudanesas do sul não tenham, mais uma vez, conseguido honrar os seus compromissos, conforme indicado no Acordo. Mais mortes e deslocação de pessoas continuam a ser registadas, dado que combates foram travados em diferentes partes do país, imediatamente após a assinatura do acordo. Em 12 de Janeiro de 2018, dadas as preocupações crescentes sobre o compromisso das partes assumido no acordo e a persistente perseguição das populações civis, o Presidente da Comissão da UA e do Secretário-Geral das Nações Unidas emitiram uma declaração conjunta condenando as violações do Acordo e convidando as partes do Sudão do Sul a cessarem imediatamente as hostilidades, a desistir de mais operações militares e a manterem

escrupulosamente os seus compromissos. Ainda mais importante, afirmaram a intenção de apoiar a imposição de medidas, de acordo com o comunicado do CPS emitido em 20 de Setembro de 2017, caso as partes continuem a violar o Acordo.

27. A Conferência poderá portanto desejar saudar a assinatura, em 21 de Dezembro de 2017, pelos intervenientes da parte Sudanesa de um Acordo de Cessação de hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário. A Conferência poderá igualmente desejar louvar a IGAD pela liderança do Fórum de Revitalização de Alto Nível pela implementação do ARCSS, em consonância com o Comunicado da 720ª reunião do CPS, realizada a nível Ministerial em Nova Iorque em 20 de Setembro de 2017. A Conferência poderá desejar saudar a IGAD e o Presidente da Comissão pelos seus esforços que levaram ao referido sucesso, na busca da solução duradoura para o conflito que está a devastar o Sudão do Sul. A Conferência poderá desejar manifestar a sua profunda preocupação relativamente às repetidas violações do Acordo pelas Partes, facto que deteriora a situação humanitária causada pelo conflito em curso, e insta todas as facções beligerantes a que ponham termo, urgentemente, às acções militares conforme estabelecido no Acordo de 21 de Dezembro de 2017. A Conferência poderá igualmente desejar louvar o Alto Representante da UA para o Sudão do Sul, Alpha Oumar Conore, e o Presidente da Monitorização Conjunta e a Comissão de Avaliação [JMEC] Festus Mogae, antigo Presidente do Botsuana, pelos seus esforços colectivos visando a implementação do ARCSS. A Conferência poderá igualmente desejar saudar os esforços envidados pelo Presidente Yoweri Museveni do Uganda e Abdel Fattah el –Sisi do Egipto que levaram a Declaração de Cairo e ao Acordo de Entebbe que tinham como objectivo voltar a unir o SPLM. Além disso, a Conferência poderá desejar congratular o Governo de Unidade Nacional de Transição (ToGNU) pela cooperação no estabelecimento do Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul, e solicitar que a Comissão, em conjunto com o ToGNU, conclua de forma célere este processo. A Conferência poderá ainda exortar para que haja uma comunhão de objectivos relativamente à resolução da situação no Sul do Sudão e incentivar esforços coordenados entre a UA, IGAD e ONU para esse efeito. A Conferência poderá desejar louvar a aproximação entre a República do Sudão do Sul e o Sudão nos esforços em curso para alcançar dois estados em paz um com o outro no âmbito do Acordo de Cooperação de 2012.

Sudão: Situação no Darfur

28. A situação de segurança em Darfur continua a melhorar, embora existam alguns desafios persistentes. Tal como previsto na resolução do CSNU 2363 (2017), uma Missão de Avaliação Conjunta UA-ONU foi realizada em Darfur de 07 a 17 de Novembro de 2017, para avaliar os progressos realizados durante a primeira fase da reconfiguração da Operação Híbrida UA-ONU em Darfur (UNAMID). A missão concluiu que, excepto no que se refere à criação da Força tarefa Jebel Marra (JMTF) em Golo, em Darfur Central, a primeira fase da reconfiguração tinha progredido como planeado, não obstante alguns problemas. Todos os onze (11) locais previstos para encerramento tinham sido encerrados antes da data prevista e entregues ao Governo do Sudão. Além disso, um total de três Batalhões de infantaria tinham sido repatriados e dois batalhões

de infantaria previamente reservados para a missão não foram incluídos. Na altura da finalização do presente relatório, o número total de batalhões de infantaria era de onze (11), ao contrário de dezasseis (16) anteriormente.

29. Não houve nenhum impacto adverso evidente da retirada das forças da UNAMID nas comunidades onde os locais dos batalhões estavam localizados e, na maioria dos casos, as forças de Segurança do Governo do Sudão, incluindo a polícia, já estavam mobilizados para evitar qualquer lacuna após a saída dos batalhões da UNAMID. Além disso, o Governo do Sudão tem cooperado em todas as áreas da reconfiguração da UNAMID. No que diz respeito ao estabelecimento da Base Operacional Temporária (TOB) em Golo, o Governo ainda tem de atribuir a terra. Tendo em vista as mudanças que a reconfiguração actual está a trazer para o cumprimento do mandato da Missão, a Missão de Avaliação UA-ONU recomendou que, na renovação do mandato da UNAMID em Julho de 2018, as prioridades da missão devem ser revistas para ter em conta as realidades emergentes. Recomendou igualmente que se concedesse apoio à UA para que esta organização possa participar nos esforços de reconstrução pós-conflito e desenvolvimento em Darfur, tendo em vista a manutenção desta paz incipiente.

30. À medida que esforços para garantir que um acordo permanente sobre o cessar-fogo entre o Governo e os movimentos rebeldes em Darfur continuam, as partes continuam a anunciar uma prorrogação do prazo das suas cessações unilaterais de hostilidades temporárias. Em Outubro de 2017, o Governo alargou a sua cessação unilateral das hostilidades até 31 de Dezembro de 2017 e, mais recentemente, alargou ainda por mais seis meses. O Movimento de Libertação do Sudão/Minni Minawi (SLM/MM) e o Movimento pela Justiça e Igualdade-Gibril (JEM/G) alargaram igualmente as suas cessações unilaterais de hostilidades por dois meses, de 30 de Novembro de 2017 a 31 de Janeiro 2018.

31. Enquanto isso, o Governo do Sudão iniciou seu Programa de Recolha de Armas sob a coordenação do Vice-presidente Hassabo Mohammed Abdel Rahman. O programa foi implementado simultaneamente em todos os cinco estados de Darfur. Um elemento fundamental do programa de recolha de armas é o aumento do rigor nas fronteiras com os países vizinhos para garantir que armas não passem clandestinamente durante o decurso ou depois da conclusão do programa.

32. No tocante às duas áreas do Nilo Azul e estados do Kordofan do Sul, o Movimento de Libertação dos Povos do Sudão -Norte (SPLM-N) tem estado envolvido em uma crise de liderança desde Março de 2017, o que levou à substituição do seu antigo Presidente, Malik Agar, e a nomeação de um novo líder, Abdulaziz Al-Hilu, em Outubro de 2017. A nova liderança estabeleceu contactos com o Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP) e confirmaram que Malik Agar e Yasir Arman, antigo Presidente e Secretário-geral, respectivamente, já não eram os líderes e negociadores da paz do Movimento. O AUHIP facilitou, pelo menos, duas consultas informais com os representantes da nova liderança em Agosto e Novembro de 2017, para discutir a via a seguir, e prevê a realização de consultas adicionais sobre a retomada das negociações de paz sobre as duas áreas.

33. Recorde-se que o Governo dos Estados Unidos da América levantou, em 06 de Outubro de 2017, as sanções económicas impostas ao Sudão, ao anunciar a revogação das Ordens Executivas 13067 de 1997 e 13412 de 2006, terminando assim mais de 20 anos de sanções económicas e comerciais ao Sudão. No entanto, o Sudão permanece na lista de países ainda rotulados como patrocinadores do terrorismo, o que o impede de aceder à ajuda dos EUA e ao alívio da dívida internacional, sendo ambos necessários para aliviar os encargos com o peso da dívida do Sudão. A União Africana louvou o levantamento das sanções e pediu igualmente que o Sudão fosse retirado da lista dos Estados patrocinadores do terrorismo.

34. Enquanto isso, o processo político geral no Sudão continua a evoluir positivamente dado que o Primeiro Vice-Presidente e Primeiro-Ministro, Bakri Hassan Saleh, e o Comité Superior responsável pela implementação dos resultados do Diálogo, continuaram a intensificar a dinâmica para a revisão constitucional, um resultado importante do Diálogo Nacional. A este respeito, o processo de sensibilização para as eleições gerais nacionais em 2020 já teve início.

35. Relativamente às relações entre o Sudão e o Sudão do Sul, os Presidentes Omar al-Bashir e Salva Kiir reuniram-se em Cartum no início de Novembro 2017, a fim de reforçar os laços bilaterais entre os dois países. Os dois Presidentes comprometeram-se a implementar os vários acordos que assinaram, em 2012, sob os auspícios da AUHIP, especialmente no que diz respeito à promoção da boa vizinhança e questões fronteiriças e de segurança.

36. Tendo em conta as questões expostas acima, a Conferência poderá desejar louvar a UNAMID pelos progressos alcançados na primeira fase do exercício de reconfiguração e instá-la a garantir que a segunda fase estará também concluída em Junho de 2018, em consonância com o cronograma conforme definido pelos comunicados relevantes do CPS e resoluções do CSNU. A Conferência também poderá desejar salientar a necessidade de garantir que a próxima avaliação do mandato da UNAMID, em Março de 2018, reflecta as mudanças no terreno e que as prioridades da Missão estão em sincronia com a realidade no terreno, incluindo o tão necessário apoio para a reconstrução e estabilização em consonância com a recomendação da Missão de Avaliação da UA/ONU. Além disso, a Conferência poderá desejar incentivar o Sudão e o Sudão do Sul a reforçarem a sua cooperação visando melhorar a boa vizinhança e a dar resposta às questões de insegurança fronteiriça. A Conferência poderá apelar para um maior empenho de ambas as partes visando a resolução das questões relacionadas com as duas Áreas do Nilo Azul e Kordofan do Sul bem como Abyei.

Somália

37. O período em análise testemunhou desenvolvimentos importantes no cenário político da Somália no que respeita à formação do Estado e no que respeita a relação entre o Governo Federal da Somália (FGS) e os Estados-membros Federais (FMS), o

processo de revisão constitucional, o diálogo entre o Estado Galmudug e Ahlu Sunna Wa Jamaa (ASWJ) e as preparações para eleições de 2020 por sufrágio universal. Embora a reunião consultiva de alto nível de nove dias realizada em Mogadíscio, em Novembro de 2017, e presidida pelo Presidente da Somália, não tenha resolvido os desafios com que a relação entre o FGS e as FMS se confronta, a mesma facilitou um acordo entre os líderes FGS e FMS no que diz respeito a questões de poder e partilha de recursos ao longo dos próximos seis meses. Não obstante, a reunião chegou a acordo sobre seis questões críticas, a saber: melhorar a segurança no país e eliminar o terrorismo; promover um sistema federal no país; acelerar a revisão da Constituição sob uma abordagem unificada; o processo eleitoral de 2020; o reforço da cooperação entre a FGS e FMS, bem como projectos de desenvolvimento e ajuda humanitária. Além disso, a integração das forças de segurança sob um exército nacional unificado, com base numa contribuição proporcional dos FMS em consonância com a Arquitectura de Segurança Nacional, também foi destacado como fundamental, durante a reunião.

38. No que diz respeito à constituição, a Convenção Constitucional Nacional (NCC) realizada de 8 a 10 de Outubro de 2017, que teria lançado oficialmente o processo de revisão constitucional, não conseguiu superar as diferenças entre o FGS e as FMS. O FMS, a Comissão de Revisão e Implementação Constitucional Independente (ICRIC) e o Comité de Fiscalização Parlamentar Conjunto (JPOC) boicotaram o processo, depois de sete meses de esforços bem-sucedidos, que incluíram amplas consultas efectuadas pelo Ministério dos Assuntos Constitucionais junto do FMS. O comunicado de 16 pontos da reunião de Kismaayo realizada em Outubro de 2017, com vista a reforçar a cooperação regional e alcançar uma posição comum entre a FMS e a FGS não foi conclusiva no que se refere a questões de segurança, política, federalismo e reconciliação.

39. Na verdade, o atrito político no seio do FGS, e entre a FGS e os Estados Membros Federais (FMS), corre o risco de prejudicar a cooperação política, desfazendo assim, a coesão nacional do país. Os atritos dentro dos FGS expostos por uma série de incidentes de alto perfil, incluindo a decisão do Primeiro-Ministro de excluir o Ministro do Interior e o Ministro para a Gestão Humanitária e Gestão de Catástrofes na composição do novo Comité Nacional de Emergência do país; as demissões do Ministro da Defesa e do Chefe do Exército em Outubro de 2017; as demissões do Chefe da Polícia e da Agência Nacional de Inteligência e Segurança da Somália em Outubro de 2017, devido, supostamente, aos seus desacordos contínuos que tiveram um impacto negativo nos esforços de reforma do sector da segurança e da segurança pública. A crise política em Galmugud e no Sudoeste, juntamente com as divergências persistentes entre os FGS e o FMS, impedem igualmente os esforços de estabelecer-se uma Arquitectura de Segurança Nacional robusta e o Roteiro Político. Estas diferenças poderão reacender conflitos baseados em clãs e reverter os progressos políticos efectuados até à data.

40. É importante igualmente notar que o impacto da crise do Golfo continuou a ameaçar a coesão nacional da Somália dado que certos FMS decidiram opor-se à

postura de neutralidade dos FGS. Tendo em conta estas tensões políticas internas, a criação de um Comité pelo Senado (Câmara Alta) em 23 de Outubro de 2017, para tentar difundir as tensões que estavam a minar a coesão nacional foi um passo na direcção certa.

41. A situação de segurança na Somália continua a ser uma fonte de profunda preocupação para a UA, tendo novos desafios surgido durante o período em análise. A Missão da União Africana na Somália (AMISOM) tem registado progressos significativos na diminuição da ameaça representada pelo Al Shabaab, e recuperou, até à data, cerca de 80% do território nacional. Isso criou um ambiente propício para o desenvolvimento normal do processo político, tanto ao nível federal como ao nível dos Estados-membros Federais (FMS). De acordo com sua estratégia de saída, AMISOM iniciou a transferência de algumas responsabilidades de segurança primárias para o Exército Nacional Somali (SNA), e iniciou a redução gradual das suas tropas. Entre Outubro e Dezembro de 2017, um total de 1.000 soldados da AMISOM regressaram aos seus países. No entanto o ritmo lento de operacionalização das Forças de Segurança Somali (SNSF) constitui um motivo de séria preocupação, dado que irá invariavelmente afectar os prazos de saída da AMISOM.

42. Apesar dos ganhos obtidos pela AMISOM e pelo Exército Nacional da Somália, Al Shabaab ainda tem a capacidade de desestabilizar a Somália (FGS), conforme foi demonstrado pelos dois grandes ataques em Mogadíscio em Outubro de 2017. O ataque terrorista mortífero de 14 de Outubro de 2017, especialmente, em que mais de 500 pessoas foram mortas e muitas outras ficaram feridas, demonstra que o Al Shabaab continua a manter a capacidade de guerra assimétrica. O grupo terrorista demonstrou ainda, em uma série de ataques ofensivos e vários assassinatos contra oficiais do FGS, que continua a ser uma grande ameaça para a paz e estabilidade na Somália.

43. A Conferência de Segurança da Somália e o Fórum de Parceria da Somália, que teve lugar em 04 e 05 de Dezembro em Mogadíscio, proporcionou uma oportunidade à região, UA e todos os parceiros de reafirmarem o seu apoio aos esforços destinados a garantir a segurança e a estabilidade na Somália.

44. A situação humanitária na Somália continua a ser motivo de grande preocupação e requer uma atenção constante. Em toda a Somália, mais de dois milhões de pessoas estão deslocadas internamente, incluindo um milhão em condições prolongadas e ao longo de 2017 verificou-se um adicional um (1) milhão de novos deslocados. Neste contexto, 874.000 PDI são atribuíveis à seca e 188.000 estão relacionados com o conflito. Além disso, 6,2 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária. As chuvas nos últimos três meses de 2017 foram abaixo da média e irregularmente distribuídas, tornando esta a quarta estação seca consecutiva. Embora o financiamento para uma maior resposta humanitária tenha sido disponibilizado em 2017, uma assistência contínua em larga escala é necessária durante todo o ano de 2018, para evitar a perda de vidas e para proteger os meios de subsistência. No entanto, é necessário dar mais atenção à criação de resiliência e à

abordagem de crises humanitárias crónicas na Somália, bem como devem-se encontrar soluções duradouras para as comunidades em situação de crise prolongada.

45. A Conferência poderá desejar saudar o progresso realizado até à data na luta contra o grupo terrorista al-Shabaab, graças aos esforços conjuntos da AMISOM e das Forças de Segurança Nacional da Somália (SNSF), notando as capacidades sem precedentes de al Shabaab. A Conferência poderá desejar incentivar a AMISOM a manter-se resoluto e inabalável no cumprimento do seu mandato até que o grupo terrorista al-Shabaab tenha sido completamente eliminado e a Somália esteja numa situação de paz. A este respeito, a Conferência poderá desejar sublinhar a necessidade urgente da AMISOM estar equipada com a capacidade necessária, incluindo facilitadores e multiplicadores de força e poderá desejar reafirmar fortemente a necessidade de AMISOM ter um financiamento previsível e sustentável, com vista a permitir o cumprimento do seu mandato de forma mais eficaz, em consonância com as conclusões da avaliação conjunta UA-ONU de Maio de 2017 e no espírito do Quadro Conjunto ONU-UA para uma Parceria Reforçada na Área de Paz e Segurança assinada em 19 de Abril de 2017. A Conferência poderá igualmente desejar renovar o empenho da UA relativamente à paz, segurança e estabilidade na Somália, tendo em conta o regime político e de segurança no país e na região desde a implantação da AMISOM em 2017 e poderá desejar reafirmar o seu apoio total às autoridades e povo da Somália, bem como a sua determinação em não poupar esforços no sentido de obter a paz, segurança e reconciliação na Somália

III. Grandes Lagos

República Democrática do Congo (RDC)

46. As Divergências relacionadas com a implementação do Acordo de 31 de Dezembro de 2016, incluindo o estabelecimento de instituições previstas pelo Acordo; medidas de criação de confiança em especial a libertação de prisioneiros políticos; e a data para a organização das eleições continuaram a alimentar a tensão na RDC durante todo o período em análise. O CPS, na conclusão da sua 712^a reunião realizada em 23 de Agosto de 2017, apelou a todos os actores políticos e sociais congolezes para apoiarem o processo institucional com vista a garantir uma transição política bem-sucedida, bem como o estabelecimento de condições propícias à realização de eleições livres, justas e credíveis. Da mesma forma, o Conselho sublinhou a necessidade de reforçar-se o papel político da União Africana na busca de uma solução para a crise na RDC.

47. Assim, no âmbito da implementação do Comunicado da 712^a reunião do CPS, o Presidente da Comissão realizou uma visita de trabalho a Kinshasa de 28 de Setembro a 01 de Outubro de 2017, acompanhado pelo Comissário da UA para os Assuntos Políticos. Durante a sua visita, reuniu-se, entre outros, com o Presidente Joseph Kabila Kabange, os principais intervenientes políticos e sociais congolezes, bem como com vários actores internacionais, incluindo o Grupo de Embaixadores Africanos. Em consonância com a Constituição e a Convenção de 31 de Dezembro de 2016,

incentivou fortemente a todos os intervenientes congolese a manterem o diálogo, a fim de ultrapassarem as suas diferenças e a estabelecerem um ambiente político favorável para um processo eleitoral pacífico e consensual.

48. Subsequentemente, o CPS realizou igualmente uma missão a Kinshasa e Kananga, na província Central Kasai, de 22 a 26 de Outubro de 2017, para analisar a situação política, em particular os progressos registados na implementação do Acordo de 31 de Dezembro de 2016 e relacionado com esta questão, determinar os esforços para o processo eleitoral. O CPS também afectou uma avaliação da situação da segurança e da situação humanitária no país, especificamente em Kananga. Entretanto, o Presidente da Comissão participou na 8ª Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Monitorização Regional do Acordo Quadro de Adis Abeba para a Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e região e na 7ª Cimeira Ordinária da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), em Brazzaville, Congo, em 19 de Outubro de 2017. O Comissário para a Paz e Segurança participou na Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países signatários do Acordo Quadro em Brazzaville, Congo, a 17 de Outubro de 2017. A este respeito, a resolução do Conselho de Segurança da ONU 2389 (2017), que veio de uma iniciativa conjunta do A3, deve ser saudada, dado que reitera a necessidade de respeitar-se os compromissos do Quadro de cooperação na região dos Grandes Lagos.

49. Estas várias reuniões ofereceram uma oportunidade para enfatizar a necessidade de a UA, a região dos Grandes Lagos, as Nações Unidas e outros parceiros conjugarem os seus esforços a fim de incentivar os actores congolese a favorecerem o diálogo para preservar a paz e a estabilidade no seu país, e a necessidade urgente de coordenarem-se esforços com vista a proporcionar um apoio coerente e eficaz à RDC para a organização de eleições e uma transição pacífica.

50. Em 05 de Novembro de 2017, a Comissão Nacional Eleitoral Independente (CENI) publicou o calendário eleitoral, tendo estabelecido 23 de Dezembro de 2018 como a data para a organização das eleições Presidenciais, Legislativas e provinciais. Apesar da publicação do calendário eleitoral, um segmento dos actores políticos da oposição e activistas da sociedade civil continuaram a apelar à realização de manifestações em todo o país exigindo a demissão do Presidente Joseph Kabila antes de 31 de Dezembro de 2017. Estas manifestações foram marcadas por violência, incidentes e detenções em Kinshasa, em 30 de Novembro de 2017. O auge da violência e tensão foi registado durante o mês de Dezembro de 2017. As manifestações de 31 de Dezembro de 2017, lançadas pela congregação Católica, apelando para que o Presidente Joseph Kabila se comprometesse a deixar o poder, foi dispersada pela polícia congolese. A tensão aumentou desde essa altura no país e tem havido controvérsia sobre as mortes causadas pela violenta intervenção das forças policiais. Vários líderes católicos denunciaram, o que eles descreveram como uso excessivo da força pela polícia. A UA e as Nações Unidas solicitaram que as autoridades congolese conduzissem investigações sobre os acontecimentos de 31 de Dezembro de 2017. No momento da finalização do presente relatório, ainda havia tensão entre as autoridades e os cleros Católico.

51. A publicação do calendário eleitoral pôs em evidência os desafios que a CENI ainda enfrenta na condução de todo o processo eleitoral. Estes desafios estão relacionados com a logística, o financiamento, a segurança e a finalização do quadro jurídico para as eleições. Estes desafios foram também tema das reuniões de consulta dos Garantes do Acordo-quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região, realizada em Adis Abeba, em 22 de Novembro de 2017, e da reunião entre o Comissário para a Paz e Segurança, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas na RDC e Chefe da MONUSCO e o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos, realizada em 22 de Novembro de 2017, com a participação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a ICGLR. Ambas as reuniões sublinharam a necessidade dos Garantes do Quadro conjugarem os seus esforços para desanuviarem as actuais tensões políticas na RDC e apoiarem a CENI a abordar os desafios mencionados acima. As reuniões dos Garantes decidiram que os Ministros dos Países Garantes deviam realizar uma visita à RDC em Janeiro de 2018, com o objectivo de envolver os intervenientes Congolezes na implementação plena do Acordo de 31 de Dezembro de 2016.

52. Importa ressaltar que a reunião de 19 Setembro 2017, realizada simultaneamente com 72ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, proporcionou a criação de um Grupo Internacional de Peritos das Nações Unidas, UA, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Europeia (UE) e da Organização Internacional da Francofonia (OIF), a fim de apoiar o CENI, através da mobilização do apoio político, técnico, financeiro e logístico necessários para o processo eleitoral. A Comissão enviou um perito em matéria eleitoral ao CENI, de forma a coordenar as actividades do Grupo de Peritos colocado à disposição da CENI pelos vários parceiros.

53. Deve-se realçar o progresso notável alcançado no registo de eleitores. Aquando da conclusão do presente relatório, dos locais em que o processo de registo deveria ser concluído em Janeiro de 2018, restava apenas a província de Kasai. No entanto, os desafios logísticos e financeiros continuam a ser extremamente importantes. O governo congolês prometeu, no âmbito da Lei de Finanças de 2018, disponibilizar à CENI, os recursos financeiros necessários, além de eventuais contribuições externas, no quadro de um novo plano de desembolso. No contexto da conclusão do quadro jurídico para as eleições, a Assembleia Nacional aprovou em primeira leitura, a Lei Eleitoral que foi subsequentemente transmitida ao Senado. Entretanto, a introdução na Lei Eleitoral pela CENI, da Máquina de Votação e o limiar de representatividade dos partidos políticos, não foi unanimemente aprovada e constitui uma fonte de novas controvérsias no seio da classe política.

54. A situação de segurança, às quais, as questões humanitárias e a observância dos direitos humanos estão ligadas, continua a ser uma fonte de preocupação. Os numerosos grupos armados e outras milícias continuam a lançar ataques contra as posições das Forças Armadas do Congo (RDC), as bases da Missão das Nações Unidas de Estabilização da República do Congo (MONUSCO) e a população civil. No leste do país, particularmente em Kivu Norte, um ataque numa base militar da

MONUSCO, na cidade de Semuliki, a 7 Dezembro 2017, resultou na morte de pelo menos de 15 soldados da paz Tanzanianos, o desaparecimento e o ferimento de muitas pessoas. O ataque foi atribuído aos milicianos das Forças Democráticas Aliadas (ADF), um grupo Muçulmano armado do Uganda. O presidente da Comissão manifestou a solidariedade da UA em virtude da tragédia que assolou o governo e o povo da Tanzânia.

55. Em Kasai, a segurança e acima de tudo, a situação humanitária, continuam muito frágeis, na sequência dos acontecimentos trágicos relacionados com os confrontos entre a seita de Kamuina Nsapu e as FARDC. O Fórum sobre Paz, Reconciliação e Desenvolvimento no espaço de Kasai realizado em Kananga, de 19 a 21 de Setembro de 2017, permitiu um retorno gradual das pessoas às suas casas, no entanto, muitos vivem em condições precárias. Os actores humanitários que operam na área citaram a falta de financiamento como um desafio para a prestação eficaz da assistência humanitária. Além disso, a UNICEF relatou que quase 400.000 crianças em Kasai correm o risco de morrer de malnutrição. Por outro lado, após o surto epidémico do vírus Ébola em Maio 2017, surgiu uma epidemia de cólera. Todavia, a UA já destacou peritos e técnicos, bem como assistência financeira na ordem dos US\$100.000 para apoiar as autoridades Congolesas na luta contra o novo surto.

56. A Conferência poderá acolher o progresso alcançado no processo eleitoral, mais propriamente, o anúncio a 5 de Novembro de 2017, de uma nova calendarização eleitoral que define a data de 23 de Dezembro de 2018, para a realização das eleições autárquicas, legislativas e presidenciais. Além disso, a Conferência poderá instar os Estados-membros da UA com capacidades logísticas necessárias, no sentido de, generosamente, disponibilizá-las à RDC, tendo em vista o sucesso do processo eleitoral. A Conferência poderá incentivar os Garantes pelos seus esforços destinados à implementação do Acordo-Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região, assinado em Adis Abeba, a 24 de Fevereiro de 2013. A este respeito, a Conferência poderá acolher a resolução 2389 (2017) do Conselho de Segurança da ONU, que emanou de uma iniciativa conjunta dos A3, visto que a mesma reitera a necessidade de se respeitar os compromissos do quadro de cooperação na Região dos Grandes Lagos. A Conferência poderá ainda incentivar a UA, a SADC, a ICGLR, e a ONU (MONUSCO) a trabalharem em conjunto, tendo em vista um apoio financeiro, logístico e de segurança eficazes e coerentes à República Democrática do Congo e, convidar outros parceiros interessados a prestar apoio incondicional à CENI. Além disso, a Conferência poderá desejar enviar uma delegação de Chefes de Estado e de Governo para manter encontros com as autoridades Congolesas, de forma a exortá-las a tomar, dentro dos prazos acordados, as medidas necessárias em conformidade com as leis e o financiamento das eleições, bem como as medidas de reforço da confiança que visam aliviar a tensão política, em particular a libertação de presos políticos, a liberdade de manifestações públicas e o acesso da oposição aos meios de comunicação social estatais. Por último, a Conferência poderá exortar os actores da oposição e das organizações da sociedade civil, para evitar qualquer acção que possa aumentar a tensão no país.

República Centro-Africana (RCA)

57. Durante o período em análise, a UA permaneceu fortemente activa nos esforços designados a restaurar de forma sustentável, a segurança e a estabilidade na RCA. A Iniciativa Africana de Paz e Reconciliação na República Centro-Africana liderada pela UA, em cooperação com os países e as organizações da região da África Central, entrou na sua fase activa. Lançada a pedido do Chefe de Estado da República Centro Africana, o Professor Faustin Archange Touadera, esta iniciativa visa facilitar o diálogo entre os grupos armados e o governo, a fim de encontrar uma solução negociada para a crise na República Centro Africana.

58. Na sequência da adopção do Roteiro em Libreville a 17 Julho 2017, o Painel de Facilitação realizou a sua primeira reunião em Bangui, a 11 e 12 Setembro de 2017, durante a qual, foi criado um Comité Técnico que actuou como o Secretariado; foram igualmente elaborados o cronograma das actividades e o orçamento. Foi ainda acordado o aumento do número de membros do Painel, de forma a incluir os países vizinhos da RCA e admitir observadores nas deliberações do Painel de Facilitação. Nos dias 24 e 25 de Novembro de 2017, o Painel realizou a sua 2.^a reunião em Bangui. Essencialmente, esta reunião analisou a preparação para o destacamento em campo da equipa do Painel, a fim de trocar impressões com os grupos armados.

59. Uma primeira etapa das discussões entre o Painel e os grupos armados decorreu de 27 de Novembro a 11 de Dezembro de 2017, sob a liderança do representante especial do Presidente da Comissão e Chefe da Missão da UA na República Centro Africana (MISAC). Essa reunião permitiu que os membros do Painel apresentassem a Iniciativa, de modo a fazer-lhes saber a mensagem do Presidente da Comissão, apelando pelo fim da violência e a aderência ao processo de paz e reconciliação. A equipa do Painel também auscultou atentamente às preocupações dos grupos armados. No fim dessa primeira etapa, deu-se um feedback ao Presidente Touadera, à comunidade internacional e às forças economicamente activas daquela nação centro africana tendo em conta a transparência e a apropriação do processo pelo povo da República Centro Africana. Uma segunda excursão está planeada para Fevereiro de 2018.

60. Em conformidade com o calendário, a última etapa da Iniciativa poderá ser a organização, em Bangui, de uma Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado da região, na presença do Presidente da União, para aprovar o Acordo de Paz que poderá ser celebrado entre os grupos armados e o Governo.

61. Na sequência da sua 737^a reunião realizada a 21 de Novembro de 2017 sobre situação da RCA, o CPS acolheu o papel de liderança desempenhado pela UA no âmbito da Iniciativa. O CPS solicitou ao Presidente da Comissão a tomar as medidas necessárias para fazer uma contribuição financeira ao orçamento da Iniciativa Africana e apoiar o papel central da UA na estabilização da situação na RCA.

62. Em conformidade com a decisão da reunião do CPS de 21 de Novembro de 2017, o Presidente da Comissão decidiu atribuir US\$ 200.000, como uma contribuição ao orçamento de implementação da Iniciativa. A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) já atribuiu com cerca de US\$180.000 para o lançamento do processo de implementação da Iniciativa. Além disso, o Comité Técnico da Iniciativa havia assinado um acordo de financiamento no valor de US\$ 264.000 com o Fundo das Nações Unidas para Manutenção da Paz.

63. De acordo com o Roteiro, a Iniciativa Africana deve ser enfatizada como a única estrutura de referência para as várias iniciativas que visam restaurar a paz e a reconciliação na RCA. É por este motivo que a Reunião Extraordinária dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Estados-membros da CEEAC, realizada a 21 de Outubro de 2017, em Libreville, decidiu reforçar o Painel, mediante a aprovação da sua ampliação a todos os países vizinhos da RCA. A Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro Africana (MINUSCA), a Organização Internacional da Francofonia (OIF), a Comunidade de Sant'Egidio, a organização de Cooperação Islâmica (OIC), a UE e a França foram admitidas como observadores nas reuniões do Painel.

64. Num um outro nível, o Conselho de Segurança da ONU saudou a visita do Secretário-geral da ONU à RCA no final de Outubro de 2017. Na sua Resolução 2387 sobre a RCA, adoptada a 15 de Novembro 2017, o Conselho de Segurança decidiu renovar o mandato da MINUSCA, a fim de fortalecer as suas potencialidades operacionais, aumentando a sua força para 900 soldados da paz, de forma a permitir o cumprimento do seu mandato de protecção da população civil. O Conselho também apoiou plenamente a Iniciativa Africana para a Paz e Reconciliação na RCA e convidou todos os parceiros a prestarem apoio político e financeiro ao trabalho do Painel de Facilitação.

65. Apesar da proliferação dos grupos armados e a persistência de confrontos armados que impedem que o Estado exerça a autoridade total sobre o território, os parceiros de desenvolvimento e as instituições financeiras internacionais continuam a apoiar o Plano Nacional de Recuperação e Manutenção da Paz (RCPCA), bem como as reformas de defesa e segurança. A situação ainda é frágil na RCA e requer o apoio da UA e dos seus Estados-Membros.

66. A República Centro-Africana continua a enfrentar uma grave situação humanitária. Além de centenas de milhares de deslocados internos, centenas de milhares de refugiados fugiram para os países vizinhos, principalmente nos Camarões, Chade e República Democrática do Congo. Além disso, o país ainda enfrenta uma situação de emergência crónica de saúde. Embora a violência tenha diminuído de alguma forma em Bangui, a presença de grupos armados noutras partes do país, bem como o grande banditismo, tornam a situação de segurança ainda muito mais volátil. A insegurança persistente em muitas áreas do país continua a impedir o acesso às populações em extrema necessidade de ajuda humanitária.

67. Por conseguinte, a Conferência pode desejar condenar a ocupação e o controlo de várias localidades do país por parte de grupos armados e, exortá-los fortemente, a pôr fim à violência e o uso de armas de todo tipo. A Conferência poderá reafirmar o papel principal da UA nos esforços destinados a implementar a iniciativa africana e saudar a visita do Secretário-Geral da ONU à RCA, bem como a adopção a 15 de Novembro de 2017, da Resolução 2387 (2017) do Conselho de Segurança da ONU. A Conferência poderá apelar aos Estados vizinhos da RCA, que são membros do Painel de facilitação, no sentido de cooperar plenamente e trabalhar em prol do sucesso da iniciativa, tomando medidas internas de controlo e evitando os movimentos dos grupos armados nos territórios vizinhos. A Conferência poderá apelar à complementaridade entre a MINUSCA e MISAC, com o objectivo de restaurar a autoridade do Estado e a aderência dos grupos armados aos programas de Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriamento (DDRR). A Conferência poderá elogiar o Governo da RCA pelos seus esforços de recuperação e manutenção da paz, apesar dos muitos desafios. Além disso, a Conferência poderá louvar os esforços notáveis da UE e todos os outros parceiros, pelo apoio contínuo à reconstrução da RCA.

Burundi

68. No Burundi, a situação política continua a ser uma fonte de preocupação para a UA, que por seu turno envidou esforços, em cooperação com o Comunidade da África Oriental (CAO), para apoiar as partes do Burundi a superarem as suas diferenças e trazer o seu país de volta ao caminho da paz e reconciliação. A 4ª Sessão do Diálogo Inter-Burundiano, sob a égide da CAO e que teve lugar em Arusha, Tanzânia, em Novembro de 2017, não habilitou os participantes a concluírem um acordo. Vários partidos políticos boicotaram a reunião por razões de segurança e a não inclusão de todas as partes interessadas. Enquanto isso, o governo do Burundi está a preparar-se activamente para as eleições de 2020 e a revisão da Constituição, que inclui várias alterações, particularmente as que dizem respeito à duração do mandato presidencial, de 5 para 7 anos, e a criação de um cargo de Primeiro-ministro, como Chefe de Governo da maioria parlamentar. Além disso, o Tribunal Penal Internacional (TPI) decidiu instaurar uma investigação preliminar sobre o Burundi. Note-se que a decisão do Burundi de retirar-se do TPI entrou em vigor a partir de 27 de Outubro de 2017.

69. Em matéria de segurança, os relatórios dos observadores da UA dão conta de uma calma geral no país, mas também de esporádicos actos de violência. A clemência presidencial, a 1 de Janeiro de 2018, concedida a mais de 2000 prisioneiros que estão a cumprir menos de 5 anos de pena de prisão e que demonstraram boa conduta ou que sofreram deficiência, é um testemunho desta situação. No entanto, os membros da oposição reclamaram de maus-tratos e assédio por parte do Governo. Note-se que o Governo do Burundi e a Comissão da UA ainda estão por assinar o Memorando de Entendimento que deve garantir o enquadramento jurídico para o trabalho e a protecção dos observadores da UA.

70. No que se refere à situação humanitária, o problema da insegurança alimentar torna-se fulcral devido à instabilidade no país e, especialmente, às sanções

económicas impostas sobre o Burundi, para além do impacto negativo das alterações climáticas. Há, igualmente, uma crescente insegurança nos campos de refugiados do Burundi, na Tanzânia e na RDC. Enquanto milhares de refugiados estão a voltar para casa, outros preferem refugiar-se na região, aumentando o risco de dilatação das fileiras dos grupos armados que operam na região oriental da RDC.

71. A Conferência poderá reafirmar o compromisso da UA para uma resolução pacífica da situação política, através de um diálogo inclusivo, com base nos Acordos de Arusha e da Constituição do Burundi e, exortas as autoridades Burundianas a instaurar todas as reformas constitucionais, mediante um consenso abrangente com todas as partes interessadas. A Conferência poderá, mais uma vez, apelar ao Governo do Burundi e à Comissão da UA, a abordar as questões pendentes para a assinatura antecipada do Memorando de Entendimento sobre as Actividades dos Observadores dos Direitos Humanos e Especialistas Militares da União Africana.

RCI/LRA

72. O Exército de Resistência do Senhor (LRA) continua a colocar ameaças sérias na Região da África Central. Continua a realizar ataques contra civis, pilhagem, sequestros e caça furtiva na RDC e na RCA, a fim de reabastecer o seu pessoal e suprimentos. Isto resultou no deslocamento contínuo de civis nas áreas afectadas da RDC e RCA, exacerbando a situação humanitária naquelas áreas. O LRA está a explorar o vácuo da segurança criado pela retirada das tropas Ugandesas e Americanas da RCA, de forma a engajar-se nessas actividades à vontade. As forças de segurança da RDC continuam a realizar operações defensivas contra o LRA, com apoio da MONUSCO, enquanto as tropas da RCA continuam a realizar patrulhas conjuntas com a MINUSCA em torno da cidade de Obo, no entanto, com limitações logísticas e de equipamento. Apesar das actividades das tropas da RCA, a população permanece vastamente exposta e temerosa ao LRA. A UA, em colaboração com a UNOCA, continua a manter o impulso Operacional e Político contra o LRA, nomeadamente, através das actividades do Mecanismo de Coordenação Conjunta RCI-LRA, as reuniões de Comandantes da RTF da RDC e RCA realizadas em Outubro de 2017 e de Pontos Focais do LRA, realizadas em Novembro de 2017, bem como uma missão de Avaliação Conjunta de RCA em Dezembro de 2017. A este respeito, a Conferência poderá desejar recomendar o reforço da cooperação e a harmonização das actividades do RCI-LRA com a ASF, em consonância com as conclusões da 10ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado da Defesa, Protecção e Segurança (CTE-DPS). A Conferência poderá igualmente desejar elogiar a Parceria contínua entre a UA e a ONU na luta contra o LRA.

IV. África Ocidental e Sahel

Guiné-Bissau

73. As crises políticas e institucionais que iniciaram na Guiné-Bissau em 2015, ainda estão por resolver. Durante a sua 29ª Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba de 3

a 4 de Julho, a Conferência apelou aos actores políticos na Guiné-Bissau, a respeitar e implementar, sem demoras, o Acordo de Conacri, assinado a 14 de Outubro de 2016, tendo elogiado a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), pelos seus esforços contínuos em prol da paz sustentável na Guiné-Bissau. Nos últimos dois anos e meio, a Guiné-Bissau tem estado em paralisação institucional, devido à crise política prolongada entre o Presidente, a Assembleia Nacional do Povo (ANP) e o governo, que gira em torno das diferenças no seio do partido no poder, ou seja o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Os esforços regionais e internacionais envidados no sentido de resolver a crise, até a esta parte não surtiram os efeitos esperados. A falta de consenso conduziu à nomeação e exoneração de cinco diferentes Primeiros-Ministros desde 2015 até à data, tendo resultado na paralisação da ANP por mais de dois anos.

74. Com as próximas eleições legislativas de 2018 e as presidenciais de 2019, o clima político no país é tenso e poderá deteriorar na medida que se avizinham as eleições. De 1 a 2 de Dezembro de 2017, o Presidente da CEDEAO destacou uma Missão Ministerial de alto nível à Bissau, a fim de avaliar o estado de implementação do Acordo de Conacri, na sequência dos três meses de prorrogação do prazo dado ao Presidente José Mário Vaz pela anterior Cimeira da CEDEAO realizada em Monróvia, em Junho de 2017. A Missão de Avaliação não registou nenhum progresso na implementação do Acordo. Ao mesmo tempo, o mandato da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) que expirou a 30 de Setembro de 2017, não foi renovado. A comunidade internacional é do ponto de vista que a ECOMIB deve ser mantida, de modo a ajudar a conservar a segurança no país, particularmente no que diz respeito às próximas eleições.

75. A 52.^a Cimeira Ordinária da CEDEAO, realizada a 16 de Dezembro de 2017, tendo analisado a situação na Guiné-Bissau, apelou à plena execução do Acordo de Conacri, em particular a nomeação de um Primeiro-Ministro de forma consensual. A este respeito, a Autoridade da CEDEAO confiou aos Presidentes Alfa Kondé da Guiné e Faure Essozimna Gnassingbe do Togo, a responsabilidade de envolver todas as partes interessadas da Guiné-Bissau, perspectivando ao mesmo tempo a imposição de sanções colectivas e individuais àqueles que debilitam a execução do Acordo.

76. No que refere a acontecimentos internos, importar notar que o PAIGC, que por seu turno uniu forças com dezassete outros partidos políticos, tem vindo apelar à demissão do Presidente. A tensão e incitamentos crescentes pelos actores políticos, caso não geridos, têm o potencial de desencadear em violência.

77. Em 17 de Outubro de 2017, o Sr. Domingos Simões Pereira e o Sr. Baciro Dja, ambos Ex-primeiro-ministros, também realizaram consultas com o Presidente Condé, a respeito da actual crise na Guiné-Bissau, após a qual emitiram uma declaração conjunta, indicando que o Presidente Vaz constitui um obstáculo à execução do acordo de Conacri. Em 12 de Janeiro de 2018, o Primeiro-Ministro Umaro Sissoco Embaló apresentou a sua demissão ao Presidente, que a aceitou.

78. Embora o exército tivesse permanecido aquartelado, há relatos de inquietação no seio do serviço militar em relação à situação política no país. Por outro lado, o processo de Reforma do Sector da Segurança (RSS) tem estado estagnado devido à falta de fundos e o impasse do processo político. O recente recrutamento de cerca de 1.950 jovens para o serviço militar poderá complicar ainda mais os esforços de RSS. Isso inclui a detenção de seis agentes da polícia militar em Dezembro de 2017, por alegada conspiração contra o chefe das forças armadas, o General Biague Na Tan, que complicou ainda mais a situação.

79. À luz do acima exposto, a Conferência poderá desejar apelar às partes interessadas da Guiné-Bissau a honrar os seus compromissos e exortá-los a cumprir e, a implementar o Roteiro de Bissau e o Acordo de Conacri de 2016, de forma a resolver a crise e assegurar a realização bem-sucedida e atempada das próximas eleições legislativas de 2018. A Conferência poderá instar o Presidente da República a promover as condições necessárias para um diálogo inclusivo e genuíno, de modo a promover a paz e a estabilidade no País e exortar todas as partes interessadas na Guiné-Bissau a absterem-se de acções que possam inflamar a crise. A Conferência poderá ainda desejar elogiar e exprimir o seu apoio aos esforços de mediação que a CEDEAO tem vindo a empreender, incluindo o papel desempenhado pelo ECOMIB na manutenção e melhoria da estabilidade na Guiné-Bissau. Da mesma forma, a Conferência poderá ainda apelar à renovação do mandato do ECOMIB e os esforços conjuntos destinados a mobilizar recursos financeiros para apoiar a continuação do seu funcionamento na Guiné-Bissau, até a resolução da crise e restauração da paz e da estabilidade no país.

Mali e Sahel

80. A situação política no Mali durante o período em análise foi marcada pelos preparativos para as eleições regionais, municipais e locais, inicialmente programadas para Dezembro de 2017, as eleições legislativas e presidenciais previstas para 2018, bem como os esforços para implementar o acordo para Paz e Reconciliação no Mali, assinado em 2015, na sequência do processo das Conversações Inter-Malianas em Argel. A situação geral na região do Sahel foi marcada pelos esforços para operacionalizar a Força Conjunta do Sahel do G5, o aumento do número de ataques terroristas, a agudização da situação humanitária e os esforços internacionais para encontrar uma solução abrangente e sustentável aos crescentes desafios transversais que afectam a região.

81. Em 30 de Dezembro de 2017, por meio de um decreto executivo, o Presidente Ibrahim Boubacar Keita nomeou Soumeylou Boubèye Maiga, como Primeiro-Ministro do Mali, de modo a substituir Abdoulaye Idrissa Maiga do cargo que ocupava desde Abril de 2017.

82. A nível eleitoral, em Junho de 2017, as autoridades do Mali iniciaram um processo de revisão da Constituição. Vários partidos da oposição e Organizações da Sociedade Civil foram mobilizadas contra esta revisão da Constituição. Após vários

dias de consultas com vários intervenientes, o governo decidiu adiar a revisão Constitucional proposta, garantindo dessa forma a calma e o apaziguamento da situação política. No quadro do processo eleitoral, o governo decidiu, durante o mês de Outubro, na data de 17 de Dezembro para a organização de eleições Regionais, Comunitárias e Locais combinadas. As partes signatárias ao Acordo acima referido não deixaram de apelar o adiamento das eleições para permitir que as autoridades de transição continuem a realizar a sua missão e a revisão do Código das Comunidades Locais e a Lei sobre a Livre Administração das Autarquias Locais. Acreditam, igualmente, que a deterioração da situação de segurança não será favorável para a realização de eleições na maior parte dos eleitorados nas regiões norte e centro do país. Exigiram, igualmente, o regresso prévio dos refugiados que estejam interessados em participar nestas eleições. Quanto à oposição política do Mali, que também partilha as preocupações de segurança, solicitou a realização de auditoria dos registos eleitorais e manifestou preocupações sobre a transparência dessas eleições. Após consultas com as partes interessadas no processo eleitoral, o governo anunciou, a 26 de Novembro, o adiamento das eleições Regionais, Locais e Autárquicas para o mês de Abril de 2018.

83. Como parte da implementação do acordo acima mencionado, o CPS, na sua 703^a reunião realizada em Adis Abeba a 20 de Julho de 2017, instou a todas as partes do Mali a redobrar os seus esforços para fazer face aos desafios de implementação do Acordo. Graças aos esforços do governo do Mali e a Mediação Internacional, a Coordenação dos Movimentos de Azawad (CMA) e a Plataforma que confrontaram-se de forma violenta na região de Kidal, assinaram em Bamako, a 23 de Agosto de 2017, um Acordo de Cessar-fogo para pôr termo a várias semanas de hostilidades. Esse cessar-fogo chegou ao fim com os subseqüentes "Compromissos" de 20 de Setembro. Num Comunicado de Imprensa de 25 de Agosto de 2017, o Presidente da Comissão da UA saudou os esforços de manutenção da paz no Norte do Mali levados a cabo pela CMA e a Plataforma, através da assinatura em Bamako, em 23 de Agosto de 2017, de um Cessar-fogo que oferece uma perspectiva de paz sustentável no Mali. O CPS, na sua 736^a reunião em Adis Abeba, realizada a 20 de Novembro de 2017, tomou nota com preocupação do progresso lento na implementação do Acordo. O Comité de Mediação e de Acompanhamento do Acordo (CSA) está a trabalhar no sentido de ajudar a superar os obstáculos que impedem a implementação eficaz do Acordo. É importante realçar que as diferenças de pontos de vista no seio das partes interessadas tem um impacto negativo na finalização do calendário de implementação do Acordo.

84. Contudo, depois da 22.^a Sessão do CSA realizada a 5 de Dezembro de 2017, registou-se progresso. As Partes malianas, num novo espírito de consenso, acordaram finalizar, logo que possível, as suas discussões sobre as condições para a organização de eleições pacíficas em Abril de 2018, incluindo as discussões sobre o Código de Comunidades Territoriais e a Lei sobre a Livre Administração das Autarquias Locais e a operacionalização das Autoridades de Transição. Progresso significativo foi alcançado, em particular, na determinação dos critérios e das quotas para a integração de ex-combatentes no novo exército do Mali e deverá ser validado pelo Conselho Nacional

para a Reforma do Sector da Segurança (CNRSS). Recorde-se que o Centro Carter foi designado como Observador Independente, em conformidade com as disposições do Artigo 63º do Acordo de Paz e Reconciliação no Mali.

85. Em 29 de Junho de 2017, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 2364 (2017), através da qual renovou o mandato da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização no Mali (MINUSMA). Além do apoio que a missão deve prestar na implementação do Acordo, MINUSMA através desta nova resolução, também tem a tarefa de apoiar o processo eleitoral em curso no Mali, apoiar mais fortemente as forças do Mali, bem como as forças do G5-Sahel, dentro dos limites do seu mandato e recursos. Subsequentemente, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 2374 (2017) que foi adoptada para impor sanções específicas contra qualquer pessoa ou entidade cujas actividades tendem a subestimar a implementação do Acordo de Paz e Reconciliação no Mali.

86. Em relação à situação de segurança, o Norte do Mali ainda testemunha repetidos ataques contra as Forças de Defesa e Segurança do Mali, as Forças da ONU e a Operação Barkhane, confrontos entre grupos armados, banditismo que tem como grupo alvo a população civil e as organizações humanitárias, bem como sermões radicais. Neste contexto, o CPS, na sua 703ª reunião, realizada em Adis Abeba, a 20 de Julho de 2017, reafirmou a sua forte condenação de ataques terroristas revoltantes contra a população civil, as forças do Mali e internacionais da MINUSMA e a Operação Barkhane. O CPS, na sua 736ª reunião, realizada em Adis Abeba, a 20 de Novembro de 2017, reiterou igualmente a sua profunda preocupação sobre a deterioração contínua da situação de segurança não apenas nas regiões do norte do Mali mas também na parte central do país, em particular a Fronteira com o Níger e Burkina Faso, onde tem ocorrido ataques terroristas crescentes contra civis e contra as forças de defesa e segurança dos dois países. É neste contexto que os ataques recorrentes ocorridos contra postos militares em Burkina Faso e o ataque de 4 de Outubro de 2017 em Tongo Tongo, no Níger, resultaram na perda de dezenas de soldados nigerinos e americanos.

87. **Em relação à região do Sahel**, houve progresso nos esforços que visam a operacionalização da Força Conjunta do G5-Sahel. Especificamente, houve progresso significativo na criação de um Posto de Comando Central da Força, uma doação de equipamento por parte do Presidente da República do Mali e a preparação de um orçamento provisório de 423 milhões de Euros para o primeiro exercício financeiro. Saliente-se que foram feitas várias promessas (os países do G5-Sahel, a França, a União Europeia, os Estados Unidos da América e a Arábia Saudita) representando mais de 268 milhões de Dólares Americanos. A Força Conjunta já lançou, a 31 de Outubro de 2017, a sua primeira operação transfronteiriça conjunta entre Burkina Faso, Mali e Níger; deve alcançar capacidade operacional plena em Março de 2018. Recorde-se que o CPS, na sua 736ª reunião em Adis Abeba, a 20 de Novembro de 2017, saudou as promessas feitas por vários parceiros, em particular a UE e alguns dos seus Estados-membros. A este respeito, o Conselho de Segurança da ONU adoptou em 8 de Dezembro de 2017, a resolução 2391 (2017), na qual autorizou a

MINUSMA a prestar apoio operacional e logístico à Força Conjunta G5-Sahel. Os países da região esperam pelo resultado da próxima Conferência de Doadores sobre Sahel prevista para Fevereiro de 2018, em Bruxelas, Bélgica.

88. Relativamente aos esforços que visam melhorar a coordenação das iniciativas e outros esforços da comunidade internacional na região do Sahel, a UA, através de MISAHEL, as Nações Unidas e a União Europeia está a trabalhar visando a implementação das conclusões da 5ª reunião da Plataforma de Coordenação Ministerial para Sahel, realizada em N'Djamena, a 14 de Junho de 2017. É neste contexto que teve lugar em Adis Abeba a 10 de Novembro de 2017, a reunião conjunta dos Chefes dos Serviços de Inteligência e Segurança relativa aos processos de Nouakchott e Djibuti, durante a qual os países da região Sahelo-Saariana reafirmaram o seu compromisso de reforçar a sua cooperação e prestar todo o apoio necessário à iniciativa do G5-Sahel.

89. Os desafios relacionados com a segurança na região do Sahel causaram a deterioração da situação humanitária. Neste contexto, o CPS, na sua 723ª reunião, realizada a 5 de Outubro de 2017, entre outros aspectos, realçou a necessidade urgente de todos os Estados-membros e membros da comunidade internacional, em condições de o fazer, ajudarem os países afectados a fazer face à actual situação humanitária.

90. À luz desses desenvolvimentos, a Conferência poderá exortar mais uma vez as partes do malianas a redobrar esforços com vista a assegurar a rápida implementação do Acordo; saudar a assinatura do Acordo de Cessar-fogo a 23 de Agosto de 2017 e o compromisso da Cessação das Hostilidades assinado a 20 de Setembro de 2017, pelos grupos armados que assinaram o Acordo de Argel; instar a parte maliana a alcançar consenso para a organização das próximas eleições em 2018; saudar a MINUSMA pelos esforços envidados e renovar o apoio da UA à Missão nos seus esforços de estabilização no Mali; reiterar o seu apoio à Resolução 2374 (2017), no quadro dos esforços internacionais para agilizar o processo de implementação do Acordo de Argel; reiterar a sua profunda preocupação na contínua deterioração da situação de segurança no Mali e na região do Sahel; e condenar, mais uma vez, todos os ataques terroristas. **Relativamente a Sahel**, a Conferência poderá saudar o progresso alcançado na operacionalização da Força Conjunta G5- Sahel e saudar as promessas feitas pelos diferentes parceiros, apelando-os a participar na Conferência sobre Sahel, prevista para Bruxelas em Fevereiro de 2018, mobilizar recursos adicionais para a Força Conjunta, apelar a comunidade internacional, principalmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a tomar decisões adequadas para assegurar o financiamento sustentável e previsível para a Força Conjunta, solicitar a comunidade internacional para que preste apoio às necessidades expressas pelos países do G5-Sahel no combate ao terrorismo e extremismo violento, manifestar a sua gratidão à comunidade internacional pelo seu apoio contínuo aos esforços envidados para promover a paz, segurança e estabilidade no Mali e na região do Sahel e incentiva-los para que continuem e reforcem o seu apoio em particular o combate ao terrorismo, extremismo violento e radicalização.

Grupo de Trabalho Conjunto Multinacional (MNJTF) contra o Grupo Terrorista Boko Haram

91. Durante o período em análise, os países da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC), nomeadamente: Nigéria, Níger, Camarões e Chade incluindo o Benim, prosseguiram, através da MNJTF, o combate ao Grupo Terrorista Boko Haram o que culminou com o enfraquecimento do grupo. Contudo, não obstante os ganhos alcançados até aqui, o Boko Haram continua a ser uma grave ameaça à segurança regional na Bacia do Lago Chade. O Grupo Terrorista mantém a capacidade de realizar ataques contra alvos fáceis. O Boko Haram desalojou milhões de pessoas e deixou várias outras nas zonas afectadas necessitando de assistência humanitária. A MNJTF continua a realizar operações contra o grupo terrorista, especialmente nas Ilhas do Lago Chade, apesar das suas limitações em relação aos activos anfíbios e as capacidades de desminagem dos activos de recolha de informações via área.

92. A UA continua a apoiar as operações da MNJTF. O CPS, sob a Presidência da Nigéria, levou a cabo uma missão ao terreno nos países da LCBC, de 27 a 31 de Julho de 2017, para manifestar a solidariedade da UA aos povos e governos da região e que envolveram todas as partes interessadas no terreno com vista a informar melhor o seu processo de tomada de decisão sobre a situação na região. Conforme descrito acima, a Comissão da UA, em parceria com a LCBC, convocou uma conferência regional em Ndjamena, Chade, de 2 a 4 de Novembro de 2017, como um primeiro passo no processo de desenvolvimento de uma Estratégia Regional de Estabilização para as zonas afectadas pelo Grupo Terrorista Boko Haram. Por seu turno, o CPS, na sua 738^a reunião realizada a 7 de Dezembro de 2017, alargou o mandato da MNJTF até 31 de Janeiro de 2019. Além disso, a UA e os seus parceiros, em particular a UA, o Reino Unido e a Turquia, estão a disponibilizar apoio financeiro e logístico adicional para a MNJTF. Ademais, a UA está a apoiar a Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) na formulação da Estratégia Regional de Estabilização e Recuperação Abrangente.

93. A Conferência poderá saudar os países da LCBC pelos seus esforços contínuos contra o Grupo Terrorista Boko Haram. A Conferência poderá, igualmente, solicitar a Comissão, trabalhando em estreita ligação com os parceiros, para que continue a envidar os esforços necessários visando a mobilização de apoio adicional e adequado para a MNJTF, com base nas necessidades manifestadas pelos países da região, com vista a apoiá-los no preenchimento das suas lacunas em termos de capacidade. A Conferência poderá ainda optar por apelar a todos os Estados-membros da UA e a comunidade internacional em geral para alargar a assistência necessária aos países da região confrontados com uma grave situação humanitária. A Conferência poderá, igualmente, apelar à melhoria da coordenação entre a Comissão da UA e a MNJTF a fim de garantir que o apoio e a assistência da comunidade internacional sejam recebidos de forma atempada pelas tropas que são os últimos beneficiários. A Conferência poderá solicitar a LCBC para que desenvolva uma estratégia regional para abordar as causas principais das crises, e apelar o apoio regional e internacional aos esforços em curso que visam revitalizar o Lago Chade.

Côte d'Ivoire

94. Durante o período em análise, Côte d'Ivoire, com um crescimento económico mais vigoroso, prosseguiu os seus esforços que visam a consolidação da paz e reconciliação nacional, apesar de vários desafios que o país enfrenta. É no contexto deste progresso em curso que o Conselho de Segurança da ONU decidiu, a 30 de Junho de 2017, encerrar a Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (UNOCI). O debate no país, no contexto dos desafios relacionados com a renovação da classe política, tem sido dominado em grande medida pela perspectiva das eleições de 2020. Além disso, tendo em conta os vários motins ocorridos durante o ano de 2017, a situação de segurança na Côte d'Ivoire ainda é marcada pelos esforços envidados pelas autoridades com vista a consolidar um exército republicano para o país sob tutela das autoridades civis constitucionais. Os últimos incidentes em Bouake entre militares e elementos de uma unidade especial contra criminosos recordam-nos a fragilidade dos ganhos alcançados até aqui nos esforços que visam a reconstrução das forças de defesa e segurança do país.

95. A situação geral nas casernas melhorou de forma significativa, graças à Legislação da Programação Militar para o período 2016-2020, implementada pelo governo, no âmbito de um projecto ambicioso para a melhoria das condições de vida e de trabalho das forças de defesa e segurança. A recente redução das tropas e do comando faz parte de um mecanismo permanente que visa incentivar a saída voluntária do exército. Dessa forma, o país procura concluir a consolidação de um exército profissional, politicamente neutro e ao serviço das instituições públicas.

96. Reforçado pelas suas reformas estruturais, o Estado da Côte d'Ivoire conseguiu garantir, em Novembro de 2016, uma doação de 524,7 milhões do Programa Americano de Desenvolvimento, denominado *Millennium Challenge Account*, bem como o apoio de vários outros parceiros financeiros da Côte d'Ivoire.

97. Este ambiente favorável facilitou a realização com sucesso da 5ª Cimeira UE-UA, no fim de Novembro de 2017, em Abidjan, no âmbito da parceria entre as duas organizações.

98. À luz do acima exposto, a Conferência poderá saudar o progresso em curso na via para a consolidação da paz e estabilidade no país. A Conferência poderá, igualmente, incentivar as autoridades do país a prosseguir os seus esforços com vista a promover a formação de um exército republicano sob a autoridade exclusiva da ordem constitucional civil e o aprofundamento da reconciliação nacional.

Libéria

99. Desde a última Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada em Adis Abeba de 3 a 4 de Julho de 2017, a situação política na **Libéria** tem sido dominada pelas eleições presidenciais e legislativas realizadas em Outubro de 2017. As eleições constituíram um marco fundamental, uma vez que foram as primeiras realizadas pelo

governo depois de assumir plenamente a responsabilidade da segurança da Missão de Manutenção da Paz das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) em Junho de 2017. As eleições são ainda mais significativas uma vez que criaram condições para a primeira passagem pacífica de poder no país durante as últimas sete décadas. Enquanto a UNMIL irá retirar-se finalmente da Libéria em Março de 2018, as agências de segurança liberianas são actualmente plenos responsáveis pelas questões de segurança no país e ao longo das suas fronteiras com a *Mano River Union* (MRU), países vizinhos da Sierra Leone, Guiné e Cote d'Ivoire. Continuou a desempenhar o seu papel de forma credível, particularmente durante as eleições realizadas recentemente.

100. A Comissão da UA, em estreita colaboração com a CEDEAO e a ONU, coordenaram esforços e o seu envolvimento visando o apoio político que facilitou um ambiente favorável para a realização bem-sucedida de eleições presidenciais e legislativas.

101. Enquanto as eleições de 10 de Outubro de 2007 foram pacíficas em termos gerais e foram consideradas credíveis pelos observadores internacionais, emergiram alguns desafios jurídicos ao processo eleitoral e os seus resultados, o que culminou com o atraso na realização da segunda volta das eleições presidenciais, que inicialmente haviam sido agendadas para 7 de Novembro de 2017. Contudo, a 7 de Dezembro de 2017, o Tribunal Supremo reconheceu que houve irregularidades mas que constituíam uma prova insuficiente para invalidar os resultados da primeira ronda das eleições presidenciais. Portanto, o Tribunal instruiu a Comissão Nacional de Eleições (CNE) a rectificar as irregularidades e marcar uma data para a segunda volta das eleições que, subseqüentemente, foram agendadas para 26 de Dezembro de 2017.

102. A segunda volta das eleições teve lugar a 26 de Dezembro de 2017, sete semanas depois da realização da primeira volta. A Comissão Nacional de Eleições da Libéria declarou George Weah como vencedor com 61% dos votos contra Joseph Boakai, o qual reconheceu a derrota e felicitou o seu oponente através de uma visita de cortesia.

103. A UA, tal como todas as outras missões de observadores eleitorais, saudou a realização tranquila e pacífica das eleições na Libéria, não obstante a redução significativa do apoio internacional para os processos de desenvolvimento e da situação política da Libéria. Enquanto esta situação favorece um aumento bem acolhido na apropriação nacional do processo eleitoral, coloca igualmente uma pressão considerável sobre os recursos escassos a nível nacional, especialmente numa altura em que o país ainda está a recuperar dos efeitos negativos do surto do Ébola sobre as pessoas e recursos financeiros. As questões que constituíam a causa principal da guerra civil da Libéria, incluindo a corrupção e a impunidade prejudicaram o progresso na realização de reformas fundamentais que iriam alargar o espaço político, desenvolver o sector de segurança e melhorar a governação e o estado de direito.

104. A Conferência poderá felicitar o povo e o governo da Libéria, bem como a todas as partes interessadas ao nível político e a sociedade civil pela realização bem-sucedida e pacífica do processo eleitoral, no contexto pós-conflito e pós-Ébola que constitui um desafio e que caracteriza o país. A Conferência poderá ainda felicitar o novo Presidente da Libéria, o Sr. George Weah, e render uma homenagem particular à Presidente Ellen Johnson Sirleaf e ao seu Governo pelas eleições históricas na Libéria. A Conferência poderá incentivar as partes interessadas liberianas para trabalharem em prol da passagem pacífica do poder às novas autoridades, tomando em conta os desafios socioeconómicos prementes que a Libéria enfrenta. A Conferência poderá apelar à comunidade internacional e aos doadores a prosseguir e intensificar a sua assistência à Libéria nos seus esforços que visam o alcance de uma paz sustentável, estabilidade e desenvolvimento para o seu povo, e solicita a este respeito a Comissão para que mobilize recursos no âmbito dos Quadros de Política da UA para a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em apoio à Libéria.

V. África do Norte

Líbia

105. A situação na **Líbia** continuou a ser uma preocupação profunda para a UA, dados os persistentes desafios políticos, de segurança e humanitários. De facto, os Órgãos Deliberativos da UA prosseguiram o seu envolvimento no país a fim de ajudar a recuperar a paz. Durante a sua última Sessão Ordinária, a Conferência instou as partes líbias a superar as suas diferenças através do diálogo político. Na sua 703^a reunião realizada a 20 de Julho de 2017, o CPS analisou a situação na Líbia e reiterou a preocupação da UA no persistente impasse político, bem como a situação humanitária e de segurança no país, marcada pelos contínuos confrontos entre as milícias armadas em algumas partes do país. A este respeito, o Conselho apelou a todas as partes interessadas líbias a trabalhar de forma conjunta com vista a superar o impacto político e criar condições para uma paz duradoura, estabilidade e reconciliação na Líbia. O Conselho analisou ainda a situação na Líbia na sua 739^a reunião realizada a 8 de Dezembro de 2017, onde recebeu um informe da Comissão e pelo Enviado Pessoal do Presidente do Comité de Alto Nível da UA para a Líbia, o Presidente Denis Sassou Nguesso do Congo. O CPS saudou os esforços envidados pelos países vizinhos da Líbia, particularmente para facilitar e acolher as reuniões dos diferentes intervenientes políticos, militares e tribais líbios, em apoio aos esforços da UA/ONU para fazer face aos desafios na Líbia.

106. Recorde-se que o envolvimento da UA na Líbia está centrado na assistência às partes para que avancem com o processo político através da aceleração da emenda do Acordo Político da Líbia (LPA) assinado em Skhirat, Marrocos, em Dezembro 2015. A UA continua a trabalhar com vista a assegurar a coordenação e a coerência no apoio às partes interessadas líbias para que restabeleçam a paz no seu país. Para este efeito, o Comité de Alto Nível da UA para a Líbia convocou uma reunião, em Brazzaville, República do Congo, a 9 de Setembro de 2017, que contou com a participação de vários líderes políticos líbios, incluindo o Primeiro-Ministro Faiez al-

Serraj; o Presidente da Câmara dos Deputados, Agila Saleh, o Presidente do Conselho Superior do Estado, Abderrahman Swehli, enquanto Marshall Haftar efectuou uma visita ao Presidente do Comité de Alto Nível em Brazzaville, alguns dias mais tarde. Durante essa reunião, a UA debruçou-se sobre um Roteiro realçando, em particular, a necessidade de emenda da LPA a ser aprovada pela Conferência de Reconciliação Nacional da Líbia, culminando dessa forma com a realização de eleições. O lançamento oficial do diálogo entre o Representante da Câmara dos Deputados (HoR) e o Conselho Superior do Estado (HSC) foi subseqüentemente aberto pelo Presidente Sassou Nguesso em Brazzaville.

107. A ONU, por seu turno, criou uma iniciativa semelhante intitulada "Plano de Acção para a Líbia," a 20 de Setembro de 2017, em Nova Iorque, apelando para uma série de passos sequenciais para reiniciar o processo de emenda de LPA; convocação de uma conferência nacional inclusiva; finalização e aprovação da constituição, bem como a realização de eleições com base numa nova lei eleitoral e constituição.

108. Foi neste contexto que, o Comité de Diálogo da Líbia, que representa a Câmara dos Deputados (HoR) e o Conselho Superior do Estado (HSC), continuou o seu trabalho em Túnis, em 25 de Setembro de 2017. No geral, o Comité de Diálogo, nas suas duas reuniões, alcançou alguns progressos em concordar com as secções do LPA a serem alteradas, incluindo a reestruturação do Conselho da Presidência de nove para três membros e a nomeação de um Primeiro-Ministro fora dos três membros do Conselho da Presidência. No entanto, houve desacordo na composição do Conselho Superior do Estado, bem como sobre o Artigo 8º relativo ao Chefe do Estado-Maior.

109. Posteriormente, o Representante Especial da ONU, Ghassam Salame, apresentou à Câmara dos Deputados e ao Conselho Superior do Estado uma proposta para alterar o Artigo do LPA sobre o poder executivo, descrevendo a estrutura e funções do Poder Executivo, bem como o mandato e as modalidades de funcionamento do Conselho da Presidência. Embora esta proposta tenha sido recebida favoravelmente pela Câmara dos Deputados, os membros do Conselho Superior do Estado ficaram divididos sobre o assunto. O Representante Especial da ONU informou posteriormente que, na sequência da implementação do Plano de Acção das Nações Unidas, as Nações Unidas iniciaram os preparativos para a Conferência Nacional, que deverá realizar-se em Fevereiro de 2018, bem como a finalização dos preparativos para as eleições e uma nova constituição, com base num projecto que já foi finalizado pela Assembleia da Redacção Constituinte. O Representante Especial da ONU fez visitas no Níger e no Chade, respectivamente, nos dias 3 e 4 de Janeiro de 2018, e posteriormente para a Sede da UA, durante a qual foi tranquilizado do apoio total da UA à sua missão e concordou em reforçar a colaboração entre as duas organizações sobre o assunto.

110. O impasse político continua a agravar a crise humanitária, incluindo a situação dos migrantes africanos que ficaram retidos na Líbia, enquanto tentavam atravessar o Mar Mediterrâneo para a Europa. Em Novembro de 2017, os órgãos de comunicação social internacional divulgaram informações sobre a existência de "leilões de escravos"

de migrantes africanos em algumas partes da Líbia. Com o objectivo de enfrentar esta crise humanitária e a situação dos migrantes africanos na Líbia, o Presidente da Comissão da UA emitiu uma Declaração em 20 de Novembro de 2017, na qual condenou esses actos desprezíveis e convocou a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos a investigar o caso e enviou-lhes à Líbia, a Comissária para os Assuntos Sociais da UA, Amira el-Fadil, onde esta consultou as autoridades da Líbia e outros intervenientes sobre a situação dos migrantes africanos na Líbia e concordou com medidas práticas para enfrentar a situação. Por seu turno, o CPS, na sua 739ª reunião, realizada em 8 de Dezembro de 2017, aprovou a Declaração do Presidente e encorajou-o a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-membros e os parceiros relevantes, para garantir que as medidas necessárias fossem tomadas com o objectivo de acelerar o repatriamento voluntário dos migrantes africanos.

111. Com vista a otimizar a coordenação e a cooperação para enfrentar a situação dos migrantes africanos, foi criado um Grupo de Trabalho em Abidjan, em 29 de Novembro de 2017, durante uma reunião tripartida entre o Presidente da Comissão da UA, o Presidente da UE e o Secretário-geral da ONU. O Grupo de Trabalho convocou a sua primeira reunião na Sede da UA, em Adis Abeba, a 4 de Dezembro de 2017, e acordou nas modalidades do seu trabalho. Além disso, a 5 de Dezembro de 2017, o Presidente da Comissão reuniu-se com os Representantes Permanentes dos 21 Estados Membros que tem os seus cidadãos presos na Líbia ou que partilham uma fronteira com a Líbia. O Presidente reafirmou o empenho da UA de trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros, as Nações Unidas, a UE e outros intervenientes para garantir que sejam tomadas as medidas necessárias para agilizar o processo voluntário de repatriamento e reassentamento dos migrantes africanos. Até a data, o processo de repatriamento já permitiu que mais de 2600 migrantes regressassem aos seus respectivos países.

112. Por seu turno, e em resposta à situação dos migrantes africanos, o Conselho da Presidência do Governo do Acordo Nacional reiterou o seu compromisso de levar os responsáveis à justiça com base nas conclusões das investigações em curso, a trabalhar em estreita colaboração com a comunidade internacional.

113. Neste contexto, a Conferência poderá desejar que as partes da Líbia tomem a necessária coragem política para superar as suas diferenças políticas, alterar de forma consensual o LPA e avançar para a reconciliação nacional. A Conferência poderá igualmente desejar elogiar os membros do Comité de Alto Nível da UA para a Líbia, o seu Presidente da Mesa, o Presidente Denis Sassou Nguesso, da República do Congo, bem como os países vizinhos, o Alto Representante da UA para a Líbia, o ex-Presidente Jakaya Kikwete, pelo seu envolvimento contínuo para enfrentar os desafios políticos, de segurança e relacionados na Líbia. A Conferência poderá desejar saudar os esforços envidados pelos países vizinhos da Líbia, em particular, para facilitar e acolher reuniões dos diferentes intervenientes políticos, militares e tribais da Líbia, em apoio aos esforços da UA/ONU para enfrentar os desafios na Líbia. A Conferência poderá querer instigar que sejam cumpridas as condições necessárias e adequadas, como um pré-requisito, para a realização com sucesso das eleições na Líbia e reiterar,

para o efeito, a importância vital da conferência de reconciliação nacional e tomada de medidas de segurança robustas para eleições livres, justas e inclusivas. A Conferência poderá querer reafirmar o papel central que a UA deve desempenhar na Líbia e solicitar uma maior coordenação e cooperação na comunidade internacional, em particular às Nações Unidas. A Conferência poderá desejar condenar, nos termos mais fortes, os alegados abusos de migrantes africanos na Líbia e expressar o seu apoio ao Grupo de Trabalho Tripartido da UA/UE/ONU, bem como os esforços do Conselho Presidencial do Governo do Acordo Nacional, e exortar a todos os envolvidos a estender o apoio necessário à Comissão da UA na coordenação das actividades do Grupo de Trabalho. Da mesma forma, a Conferência poderá querer apelar para o julgamento das pessoas culpadas desses actos desprezíveis contra os migrantes africanos. A Conferência poderá desejar elogiar os países que aceitaram acolher os migrantes repatriados da Líbia.

SAARA OCIDENTAL

114. A questão do **Saara Ocidental**, continua não resolvida, por quatro décadas, apesar da adopção de uma infinidade de resoluções da ONU e da OUA/UA, apelando medidas definitivas para permitir que o povo do Saara Ocidental exerça o seu direito de autodeterminação. Os esforços sucessivos da comunidade internacional para a resolução pacífica da disputa entre o Reino de Marrocos e a Frente POLISARIO, começando pelo Plano de Acordo da OUA e através do quadro actual de negociação do Conselho de Segurança da ONU, mandatado pela Resolução 1754 (2007) do CSNU, permaneceram estagnados. O actual impasse no processo de paz deve-se em grande medida à insistência marroquina de que apenas a sua proposta de autonomia deve servir de base para as negociações, enquanto a Frente Polisário insiste na autodeterminação e na independência, apesar de qualquer condição prévia para as negociações ter sido explicitamente descartada pela Resolução 1754 (2007) do CSNU, que havia ordenado para as conversações em primeiro lugar.

115. Os órgãos deliberativos da UA mantiveram-se atentos à questão. Deve-se lembrar que, na sua 668ª reunião realizada em 20 de Março de 2017, o CPS convidou as duas partes, na sua qualidade de Estados Membros, a se envolverem em conversas directas e sérias para superar o actual impasse no processo de paz. O CPS solicitou igualmente ao Presidente da Comissão para que reforçasse o mandato do Alto Representante da UA para o Saara Ocidental, o Excelentíssimo Senhor Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente de Moçambique, a fim de facilitar o diálogo directo entre as partes, bem como permitir-lhe realizar consultas efectivas com os intervenientes sobre o processo da paz e sobre a protecção dos direitos humanos e a preservação dos recursos naturais do Território. O CPS ainda decidiu reactivar o Comité Ad hoc dos Chefes de Estado e de Governo sobre o conflito no Saara Ocidental, estabelecido em conformidade com a resolução AHG/Res.92(XV), aprovada na 15ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e Governo da OUA, realizada em Cartum, no Sudão, de 18 a 22 de Julho de 1978, e solicitou ao Presidente da Comissão que procedesse às consultas necessárias para a finalização da composição e a operacionalização do Comité Ad hoc. Embora, o CPS tenha insistido

no retorno do pessoal da UA para a Sede da MINURSO em Layoune e para permitir uma monitorização independente dos direitos humanos no Território, nenhum progresso foi registado a este respeito.

116. Na decisão da sua 29ª Sessão Ordinária, realizada de 3 a 4 de Julho de 2017, a Conferência acolheu o compromisso do Secretário-Geral da ONU de relançar o processo de negociação, com uma nova dinâmica e um novo espírito que levará a retomada das negociações, de boa-fé e sem pré-condições, entre as duas partes com o objectivo de alcançar uma solução duradoura, que prevê o referendo de autodeterminação do povo do Saara Ocidental em conformidade com as resoluções relevantes da ONU e as decisões da OUA/UA.

117. A admissão de Marrocos, em Janeiro de 2017, como o 55º Estado-Membro da UA sem pré-condições e/ou reservas, e depois sentar lado a lado com a República Árabe Sarauí Democrática (RASD) nas reuniões dos órgãos deliberativos da UA, é uma oportunidade única de ter as duas partes a trabalharem juntas e a alcançarem uma solução pacífica que facilitará rapidamente a organização do referendo de autodeterminação no Saara Ocidental. A este respeito, a UA continua empenhada em proporcionar todo o apoio necessário para os seus dois Estados-Membros para gerarem a vontade política necessária no sentido de quebrarem o actual impasse e garantir uma solução definitiva para este conflito.

118. Em Agosto de 2017, o Secretário-Geral das Nações Unidas nomeou o Sr. Horst Kohler, antigo Presidente da Alemanha, como seu Enviado Pessoal para o Saara Ocidental. Em Outubro de 2017, o Sr. Köhler realizou uma visita à região. Ele visitou a parte controlada por Polisário do Saara Ocidental, mas não para a capital, Laayoune, onde a sede da MINURSO está sob controlo marroquino. O Sr. Kohler visitou igualmente os Marrocos, Argélia e Mauritânia. A visita do Enviado Pessoal foi parte do novo impulso para relançar o processo político de acordo com a resolução 2351 do Conselho de Segurança da ONU e, posteriormente deu informe sobre a sua missão ao Conselho de Segurança da ONU, no dia 22 de Novembro de 2017, e recebeu o pleno apoio dos Membros do Conselho para reviver o processo de paz entre as duas partes. O Sr. Kohler visitou também, nos dias 10 e 11 de Janeiro de 2018, a Sede da UA, onde foi garantido pelo Presidente da Comissão o apoio total da UA à sua missão.

119. Tendo em conta o que precede, a Conferência poderá manifestar o seu apoio ao relançamento do processo de negociação, entre os dois Estados Membros, com o objectivo de alcançar uma solução duradoura, consistente com as resoluções pertinentes da ONU e as decisões da OUA/UA. A Conferência poderá igualmente reiterar o seu apelo aos dois Estados-Membros, ao Reino de Marrocos e à República Árabe Sarauí Democrática (RASD) para que se envolvam em conversações directas e sérias dirigidas pela UA e pela ONU. Embora a UA possa estar pronta para operacionalizar, em tempo oportuno, o Comité dos Chefes de Estado e de Governo sobre o Saara Ocidental, a Conferência poderá desejar que as duas partes cooperem plenamente com o Enviado Pessoal do Secretário-Geral da ONU, Sr. Horst Köhler. A Conferência poderá ainda desejar que o Marrocos, como Estado-Membro da UA,

permita que a Missão de Observadores da UA volte para Laayoune, Saara Ocidental, bem como permitir uma monitorização independente dos direitos humanos no Território. A Conferência poderá igualmente reiterar os seus apelos repetidos, em particular a sua declaração adoptada na sua 24ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, de 30 a 31 de Janeiro de 2015, no *Crans Montana Forum*, uma organização com sede na Suíça, para desistir de convocar as suas reuniões na cidade de Dakhla, no Saara Ocidental e apelar a todos os Estados Membros, organizações da sociedade civil africana e outros actores relevantes para boicotar a próxima reunião prevista para 15 a 20 de Março de 2018.

B. QUESTÕES TEMÁTICAS

a. Prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento

120. O terrorismo continua a representar uma séria ameaça à paz, segurança e à estabilidade. Os últimos meses testemunharam alguns dos actos mais macabros de terrorismo no continente até à data. Estes incluem o atentado bombista de 14 de Outubro de 2017 em Mogadíscio, que matou mais de 500 pessoas e o ataque de 24 de Novembro no Sinai, no qual 311 fiéis foram mortos. Houve igualmente ataques contínuos e mortais contra civis inocentes e forças de paz nas regiões do Sahel e do Lago Chade. O continente também está profundamente afectado pela segurança extra-regional e por desenvolvimentos políticos. Notavelmente, com a derrota militar do chamado Estado Islâmico (ISIS) no Médio Oriente, o grupo está a procurar fazer do continente, e particularmente da África do Norte e da região do Sahel, o seu novo santuário. Milhares de combatentes terroristas africanos e estrangeiros que regressaram ao continente constituem uma ameaça séria à segurança, o que muitos estados africanos não estão preparados para enfrentar o tal desafio.

121. Por conseguinte, a UA, incluindo através do Centro Africano para o Estudo e Pesquisa sobre o Terrorismo (ACSRT), continuou a apoiar e desenvolver a capacidade dos Estados-Membros com foco na abordagem das condições conducentes à propagação do terrorismo e radicalização.

122. O ACSRT organizou igualmente, em colaboração com a Unidade de Ligação e Fusão Saudi, a Liga Sahel de Ulemas, Académicos, Pregadores e Imams, um seminário regional para os líderes religiosos dos países do Processo de Nouakchott relativo à promoção da tolerância e da prevenção da radicalização no ensino religioso. O seminário foi realizado em 11 de Dezembro de 2017 em Argel. A segunda reunião dos Coordenadores Regionais de Anti-terrorismo foi realizada na Sede do ACSRT em Argel de 14 a 15 de Dezembro de 2017. A reunião procurou promover respostas regionais e inter-regionais unificadas sobre o terrorismo e ao crime transnacional organizado através da formulação de programas uniformes que facilitarão a coordenação entre regiões e a exploração de sinergias das operações e da capacitação institucional.

123. O ACSRT convocou igualmente a 11^a Reunião Anual dos Representantes dos Estados Membros, das Comunidades Económicas Regionais (CER) e dos Mecanismos Regionais (RMs) em Argel, Argélia, de 17 a 19 de Dezembro de 2017, que reuniu os Pontos Focais (PF) do ACSRT Nacional e Regional Anti-terrorista de 50 Estados Membros da UA e Comunidades Económicas Regionais e Mecanismo Regional, além de representantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). A reunião de três dias, aberta pelo Comissário para a Paz e Segurança, permitiu aos Pontos Focais Nacionais e Regionais analisar a situação actual do terrorismo no continente, adoptar o seu Plano Estratégico 2018-2020 e coordenar acções e traçar o caminho a seguir em termos de avançar os objectivos anti-terroristas do continente, para uma acção conjunta mais concreta e conjunta. Ambas reuniões fizeram recomendações importantes entre as quais a necessidade de rever a Estrutura do Centro, dotá-la com a infra-estrutura e o financiamento necessários para que ela possa implementar plenamente o seu mandato.

124. Além disso, no quadro de parcerias contínuas no âmbito do Fórum Mundial de Combate ao Terrorismo (GCTF), o ACSRT co-organizou um Seminário de Capacitação do Grupo de Trabalho da Região da África Ocidental e facilitou a organização dum Workshop sobre a relação entre o Crime Transnacional Organizado e o Terrorismo, ambos realizados em Argel, Argélia, de 23, 24 e 25 de Outubro de 2017, respectivamente. Além disso, realizou uma Conferência sobre o Sequestro Para o Resgate de 23 a 24 de Agosto em Argel, organizou conjuntamente com o Grupo de Trabalho das Nações Unidas para a Implementação de Combate ao Terrorismo (UNCTITF) e uma Formação de Liderança: Operação África-Trigger, de 4 a 8 de Setembro de 2017, III 4 a 8 de Setembro nas suas Instalações em Argel, Argélia, em colaboração com a Interpol, o UNODC e a Organização Mundial das Alfândegas (OMA), que lançaram uma operação, observará oficiais de toda a África Ocidental e o Sahel a realizar intervenções coordenadas visando ao tráfico ilícito de armas de fogo e mobilidade terrorista.

125. Durante o período em análise, o ACSRT recebeu o prestigiado Prémio de 2017 da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPWC) pelos seus esforços e assistência aos Estados Membros da UA na implementação da Convenção sobre Armas Químicas (CWC) e sua universalidade.

126. O Mecanismo da UA para a Cooperação Policial (AFRIPOL) iniciou igualmente a implementação do seu plano de trabalho trienal após a convocação da primeira Assembleia Geral e a assinatura do Acordo de Sede em Maio de 2017. Nos dias 24 e 25 de Outubro de 2017, o AFRIPOL organizou um workshop de capacitação sobre o Crime Organizado Transnacional, Crime Cibernético e Terrorismo. O AFRIPOL convocou igualmente uma reunião para fortalecer a cooperação no combate ao crime cibernético, de 13 a 14 de Dezembro de 2017, em Argel. O encontro identificou acções ao nível nacional, regional e continental no sentido de fortalecer as capacidades das agências policiais para prevenir e combater o crime cibernético.

127. O Comité de Serviços de Inteligência e Segurança (CISSA), dentro do seu mandato, actualizou regularmente o CPS sobre a crescente ameaça de terrorismo, extremismo violento e radicalização no continente. O reforço de intercâmbio de informações e a cooperação entre as agências de informação continuam a ser um pilar fundamental da cooperação anti-terrorista. A este respeito, o Comissário para a Paz e Segurança convocou a primeira reunião conjunta dos Chefes de Serviços de Inteligência e Segurança dos Estados Membros e organizações que participam nos Processos de Nouakchott e Djibuti na Sede da UA, em Adis Abeba, no dia 10 de Novembro de 2017. A reunião resultou num conjunto de pontos de acção para maior sinergia e cooperação entre os países membros e as organizações para enfrentar a crescente ameaça de terrorismo e crime e as ligações entre eles.

128. Nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2017, foi convocado um Fórum de Alto Nível dos Estados Membros da UA em Oran, na Argélia, sob o tema "respostas eficazes e sustentáveis contra o terrorismo: uma abordagem regional". O Fórum, organizado em colaboração com o Instituto das Nações Unidas para a Formação e Investigação (UNITAR) e o Governo da Argélia, promoveram uma abordagem preventiva e de resposta centrada no combate às condições propícias ao terrorismo, à luta contra ideologias violentas, respostas eficazes à justiça penal, e às operações integradas de estabilização e de apoio à paz. O encontro destacou que a África implementou princípios e quadros orientadores na prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento no continente. Neste momento, é necessário renovar a vontade política forte e a acção efectiva nos níveis nacionais e regionais. A este respeito, a reunião discutiu medidas e boas práticas para abordar uma série de questões nas áreas de prevenção, justiça criminal, intercâmbio de informações e inteligência, combate ao financiamento do terrorismo, administração do fluxo dos combatentes terroristas estrangeiros, estabilização, reconciliação e reabilitação, bem como abordagens regionais harmonizadas e capacitação institucional.

C. IMPLEMENTAÇÃO DE DIVERSOS ASPECTOS DA ARQUITECTURA AFRICANA DE PAZ E SEGURANÇA (APSA)

b. Força Africana em Estado de Alerta (FAEA)

129. Durante o período em análise, os Estados-Membros e a Comissão intensificaram os seus esforços conjuntos para acelerar a operacionalização do Fundo para a Paz no quadro geral do *Financiamento da União*. No momento da finalização do presente Relatório, é animador assinalar que 29,5 milhões de dólares americanos foram garantidos pelas contribuições dos Estados-Membros. Isso representa um enorme esforço dos nossos Estados-Membros para alcançar esse nível de fundos sem precedentes no Fundo para a Paz. É agora tempo de finalizar e implementar a estrutura de supervisão, gestão e governação do Fundo para a Paz, conforme decidido pelo CPS no comunicado da 689ª reunião realizada a 30 de Maio de 2017. Pode solicitar-se à 30ª Sessão Ordinária da Conferência que aprove a estrutura do Fundo para a Paz conforme proposto pela Comissão.

130. Na sequência da condução com sucesso do Exercício de Treinamento no Terreno (FTX), Amani África II (AAIL), a Conferência adoptou a decisão Assembly/AU/Dec.589(XXVI) em Janeiro de 2016, instruindo que uma "Missão de Avaliação [deveria] ser realizada pela Comissão e pelas CER/MR para verificar o estado de prontidão das Forças Regionais de Alerta. No contexto da implementação desta decisão da Conferência, a 10ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado em Defesa, Protecção e Segurança (STCDSS), realizada em Adis Abeba, Etiópia, no dia 9 de Janeiro de 2018, considerou e aprovou o Relatório e as recomendações do Painel Independente de Peritos, liderada pelo Professor Ibrahim Gambari na Verificação, Confirmação e Validação da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), bem como o Plano de Trabalho Quinquenal de Maputo (2016-2020) sobre o aprimoramento da FAEA.

131. O STCDSS reconheceu igualmente os progressos realizados na operacionalização da Base Logística Continental (CLB) da FAEA, inaugurada a 5 de Janeiro de 2018, pelo Comissário para a Paz e Segurança e pelo Primeiro-Ministro dos Camarões. A reunião acolheu favoravelmente ainda a aquisição, pela Comissão dos Equipamentos do Sistema de Informação, Comando, Controle e Comunicação (C3IS) e o desenvolvimento dos Custos Comuns para as Operações de Apoio à Paz da UA, como principais marcos no desenvolvimento das FAEA.

132. À luz do exposto, o STCDSS instou a todos os intervenientes a continuarem a apoiar a realização da plena operacionalização das FAEA, incluindo a rápida finalização do Quadro Legal sobre o Emprego das FAEA até Junho de 2018. Além disso, a Comissão foi instruída para agilizar os processos da revisão da Doutrina da PSO DA UA e o Conceito das FAEA para a apresentação na próxima Reunião Ordinária do STCDSS. Notavelmente, a Declaração da 10ª Reunião Ordinária do STCDSS foi apresentada à Conferência como documento de trabalho autónomo.

133. Deve igualmente ser salientado que, a 10ª reunião ordinária do STCDSS solicitou a todos os intervenientes para apoiar a harmonização das actividades da Capacidade Africana para Respostas Imediatas à Crise (ACIRC) com as FAEA e reforçar a cooperação com todas as coligações ad hoc, nomeadamente a MNJTF, o Grupo dos Cinco da Força Conjunta de Sahel e o Grupo de Trabalho da RCI-LRA com a Estrutura das FAEA.

c. Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito (RDPC)

134. Durante o período em análise, a UA continuou a registar progressos na implementação da sua Política de RDPC. A criação pela Comissão da UA de um Grupo de Trabalho Interdepartamental de RDPC, cujo objectivo é assegurar a coordenação efectiva da orientação e implementação estratégica da Política de PCRD, criou um novo ímpeto no processo. Com a adesão dos Escritórios de Ligação da UA e das CER/MR, o Grupo de Trabalho realizou actividades conjuntas que contribuíram para a melhoria das sinergias e da coordenação das actividades nos países que implementam

actividades de RDPC. Para assegurar a coordenação, no princípio de 2018 será finalizado um Quadro Quinquenal de RDPC Orientado para Resultados e servirá de guia para a implementação das iniciativas da UA.

135. No âmbito dos seus Projectos de Impacto Rápido/Consolidação da Paz do Quadro de Política, por intermédio dos seus Escritórios de Ligação, a Comissão providenciou apoio para a criação de uma Comissão Nacional dos Direitos Humanos na República Centro-Africana, para a reabilitação do aparelho judicial, da polícia e da prisão em Bandim, na Guiné-Bissau, e a aquisição e instalação de equipamento de vigilância das fronteiras/segurança, apoio ao ensino de meninas através do Colégio Comunitário de Grand Bassa na Libéria e vários projectos de consolidação da paz a nível comunitário na Somália e um projecto sobre o primado do direito em Madagáscar.

136. Além disso, com vista a articular as abordagens na matéria e os recursos necessários, realizou-se em Harare, Zimbabwe, de 25 de 27 de Outubro de 2017, um workshop sobre a melhoria da RDPC, através de parcerias com as CER/MR para a prevenção de conflitos. O objectivo geral do workshop foi de permitir que a UA prestasse a sua contribuição para a implementação do Roteiro Principal de Lusaka das Etapas Práticas para Silenciar as Armas em África até 2020, através do reforço das capacidades institucionais da UA e das CER/MR, com o objectivo de levar a cabo a estabilização, consolidação da paz e reconstrução pós-conflito. No quadro da colaboração para implementação da Política de RDPC acima referida, foram propostas duas reuniões anuais sobre RDPC com as CER/MR, a nível técnico e político. A reunião terá lugar no segundo trimestre de 2018. Além disso, o Workshop de Harare chegou a acordo sobre uma Nota de Orientação que define e proporciona clareza contextual, tendo em vista o reforço da coordenação e da colaboração em torno dos aspectos práticos das intervenções em matéria de RDPC entre os vários actores, principalmente a Comissão, Estados Membros, CER/MR e outros parceiros como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a EU e o sistema das NU, bem como os parceiros bilaterais.

137. No quadro do Grupo de Trabalho Interdepartamental de RDPC, a Comissão e as Nações Unidas efectuaram uma missão conjunta de avaliação ao Sudão, de 07 a 16 de Novembro de 2017. A equipa de avaliação visitou as bases das equipas nos Estados do Darfur evacuados pela UNAMID, efectuou consultas junto das autoridades do Governo, das comunidades afectadas, da Equipa das Nações Unidas no país e da comunidade diplomática em Cartum. O objectivo da avaliação foi proporcionar informação actualizada sobre os avanços da primeira fase da reconfiguração da UNAMID e recomendações pormenorizadas sobre o âmbito e o ritmo da fase dois à liderança da UA e das Nações Unidas, nos moldes da resolução 2363 (2017) do Conselho de Segurança das NU.

138. Após um diálogo interactivo entre o CPS e a Comissão de Consolidação da Paz das NU que decorreu em Adis Abeba a 08 de Dezembro de 2017, e da assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Comissário para a Paz e Segurança e a Comissão de Consolidação da Paz das NU, a UA está pronta para continuar a melhorar

a implementação da Política de RDPC, que deverá contribuir para uma parceria mais previsível e estratégica nas áreas de prevenção de conflitos, diálogo político, reconciliação nacional, governação democrática e direitos humanos.

139. No futuro, a UA pretende incrementar os seus esforços de estabilização no continente, pois tem a intenção de gerir transições, desde a estabilização inicial que geralmente tem um presença militar forte, até à consolidação da paz a longo prazo com incidência na reconstrução, revitalização das instituições da administração pública e desenvolvimento socioeconómico e político de curto a médio prazo. Sobre esse ponto, a Comissão, em parceria com a Comissão da Bacia do Lago Chade, organizou uma conferência regional em Ndjamena, de 02 a 04 de Novembro de 2017, presidida pelo Comissário para a Paz e Segurança e pelo Ministro da Água e Saneamento da República do Chade Sidick Abdelkeria Haggar, em representação do Primeiro-Ministro, como primeira etapa no processo de elaboração de uma Estratégia de Estabilização Regional para as áreas afectadas pelo grupo terrorista Boko Haram. Está prevista para o primeiro trimestre de 2018 uma conferência regional de acompanhamento, para concluir uma estratégia regional integral que irá racionalizar as várias iniciativas destinadas a estabilizar as áreas afectadas pelas actividades do Boko Haram na região da Bacia do Lago Chade. Do mesmo modo, serão incrementados os nossos esforços de consolidação da paz na Somália e no Sudão, no quadro da Missão da União Africana na Somália e da UNAMID no Darfur, respectivamente.

140. Importa realçar que a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito exige investimentos enormes, especialmente em termos financeiros, que geralmente não estão prontamente disponíveis no continente. Assim, torna-se imperativo envidar esforços para mobilizar quer o sector público, quer o sector privado, assim como as instituições financeiras internacionais e parceiros, e no quadro da Iniciativa de Solidariedade Africana, conjugar esforços a fim de prestar apoio contínuo aos países que saem de conflitos em África.

141. Face ao exposto, a Conferência talvez queira reiterar o seu apelo aos Estados Membros e às CER/MR para priorizar o apoio e a implementação de actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito nas áreas que saem de conflitos. A Conferência talvez queira ainda apelar ao CPS para que continue a mobilizar o apoio para o Quadro de Política de RDPC nomeadamente do sector privado e das instituições financeiras internacionais e parceiros, em apoio aos países que saem de conflitos, a fim de impedir as recaídas e promover a recuperação da resiliência.

d. Aviso Prévio Continental e Prevenção de Conflitos

142. A Comissão prosseguir com os seus esforços para reforçar a sua capacidade para providenciar informação e análise atempada através do desenvolvimento de vários produtos, incluindo a produção de relatórios de aviso prévio e sessões informativas de análise prospectiva para o CPS. O diálogo com as CER/MR continuou, entre outras coisas, por meio da assistência fornecida pela CEDEAO e CEEAC e pelas consultas iniciais sobre o aviso prévio com a UMA. Após a consulta com as

Organizações da Sociedade Civil Africanas em Maio de 2017, com o objectivo de reforçar a colaboração no domínio do aviso prévio e da prevenção de conflitos, uma das OSC começou a enviar informações de aviso prévio para o Sistema Continental de Aviso Prévio (CEWS). Por outro lado, na sequência do pedido de apoio técnico do Governo do Ghana e da missão de avaliação preliminar ao Ghana em Junho de 2017, a Comissão prestou apoio ao Gana na realização da Avaliação da Vulnerabilidade Estrutural e da Resiliência do País (CSVRA), em Outubro de 2017. A Comissão continuou a prestar assistência técnica aos Estados Membros na criação e reforço das infra-estruturas nacionais de paz, incluindo a criação de sistemas de aviso prévio e salas de gestão de crises. Nesta conformidade, os Estados Membros já estão a criar os seus sistemas nacionais de aviso prévio com o apoio da Comissão.

143. Durante o período em análise, o Programa Fronteiriço da União Africana (AUBP) prosseguiu com os exercícios de delimitação e demarcação com os Estados Membros. O AUBP organizou um workshop de reforço da confiança entre Comores e Madagáscar, de 01 a 03 de Agosto de 2017 em Adis Abeba, Etiópia, para criar uma plataforma propícia para começar com o processo de delimitação da fronteira marítima dos dois países. O Programa viabilizou a realização da 5ª Sessão do Comité Técnico Conjunto (CTC) entre o Uganda e o Sudão do Sul, realizada de 29 de Novembro a 1 de Dezembro de 2017 em Kampala, para avaliar a aplicação das resoluções da 4ª Sessão do CTC. Por outro lado, o AUBP prestou apoio à 7ª Sessão do Comité de Demarcação Conjunto (JDC) entre o Sudão do Sul e o Sudão, realizada de 07 a 12 de Dezembro de 2017 em Debrezeit, Etiópia, para prosseguir com a implementação do Acordo de Questões Fronteiriças assinado em 2012. Em relação à capacitação, realizou-se de 13 a 17 de Novembro de 2017 em Adis Abeba, uma sessão de formação sobre o uso do aplicativo para auxiliar nos esforços de delimitação entre os Estados ribeirinhos do lago Tanganica. No tocante à cooperação transfronteiriça, o AUBP continua a defender a assinatura e a ratificação da Convenção sobre a Cooperação Transfronteiriça (Convenção de Niamey). A Comissão organizou a reunião de peritos dos Estados Membros para a validação da proposta de Estratégia da União Africana de Governança das Fronteiras, realizada de 06 a 08 de Novembro de 2017 em Adis Abeba. A Comissão realizou também a sua 3ª Reunião de Coordenação entre o AUBP e as CER, de 09 a 10 de Novembro em Adis Abeba, para desenvolver áreas de cooperação.

e. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e Reforma do Sectorial de Segurança (RSS)

144. Os progressos nos processos nacionais de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e de Reforma do Sectorial de Segurança (RSS) têm sido lentos. Os principais desafios que os processos de RSS e DDR enfrentam a nível nacional, estão relacionados com a insegurança persistente e a falta de estratégias nacionais apropriadas para uma paz e segurança sustentáveis. Alguns Estados Membros que saem de conflitos têm dificuldades para alcançar a reconciliação nacional e paz geral. Em muitos casos, os esforços nacionais são ofuscados pela falta de boa governação e por respostas débeis aos desafios políticos. Esses factores combinados continuam a

obstruir o surgimento de um ambiente propício para uma RSS eficaz e processos tradicionais de DDR. Independentemente disso, a Comissão continua firme no seu apoio operacional e técnico aos Estados Membros.

145. Em Madagáscar, com apoio dos parceiros, a Comissão procedeu ao envio de assessores de RSS para apoiar o processo de conclusão e aprovação da estratégia nacional de RSS e dos planos operacionais.

146. No Sudão, a Comissão participou plenamente nas duas avaliações conjuntas UA-NU para a reconfiguração e a diminuição da UNAMID, que decorreu no Darfur em Março e Novembro de 2017. Esses exercícios realçaram a necessidade de o Governo do Sudão reforçar o exército, a segurança, justiça e os serviços prisionais no Darfur, para que possa assumir o controlo efectivo das zonas desocupadas pelas forças da UNAMID.

147. Quanto às actividades relacionadas com o apoio aos Estados Membros, CER e missões da UA em termos de capacitação, a Comissão, em colaboração com os parceiros, prosseguiu com os cursos de formação. A Comissão também elaborou seis (6) documentos de orientação em matéria de RSS, que cobrem questões sobre género e RSS, realização de missões de avaliação de necessidades, harmonização da legislação de segurança nacional, elaboração de códigos de conduta para as instituições Africanas da área da segurança e acompanhamento e avaliação dos processos de RSS.

148. O envolvimento da sociedade civil continua a ser um componente importante do Quadro da Política da UA sobre RSS. A esse propósito, a Comissão organizou de 01 a 03 de Novembro de 2017, o Workshop Inaugural sobre o Envolvimento das OSC nas Reformas do Sector da Segurança e da Justiça, com vista a reforçar as capacidades das OSC Africanas para se envolverem nas reformas da segurança e da justiça, a nível nacional, regional e continental e proporcionar uma plataforma para o diálogo e interacção contínua entre as OSC, a UA e as CER/MR.

149. Relativamente à DDR, a Comissão, juntamente com Comissão da Bacia do Lago Chade, organizou de 02 a 04 de Novembro de 2017 em Ndjamena, uma conferência regional de estabilização. A conferência constituiu o primeiro passo para a elaboração de uma estratégia regional integral que irá liderar e racionalizar as várias iniciativas destinadas a estabilizar as zonas assoladas pelos actos terroristas do Boko Haram na região. A estratégia regional pluridimensional englobará respostas humanitárias eficazes e a recuperação rápida para encorajar o regresso dos deslocados e refugiados; a harmonização das práticas regionais no tratamento dos combatentes desvinculados, e melhorar a segurança regional e questões de governação para eliminar as condições que deram azo ao surgimento do Boko Haram.

150. Na Guiné-Bissau, a Comissão organizou e realizou uma sessão de formação para aquisição de competências durante 3 meses, de Outubro a Dezembro de 2017, para o pessoal no sector da defesa e da segurança, em colaboração com o Governo da

Guiné-Bissau, em particular no que respeita à reintegração do pessoal reformado das forças armadas.

151. No âmbito da nova fase do programa de DDR da UA, a Comissão está também a concluir várias Notas de Orientação Operacionais de DDR, que têm como objectivo ajudar os profissionais nacionais a conceber, implementar e avaliar iniciativas em matéria de DDR. As notas de orientação cobrem diversas questões emergentes e pertinentes, tais como combatentes estrangeiros, prevenir e combater o extremismo violento, mulheres e crianças, bem como defesa dos direitos humanos nas intervenções de DDR.

f. Controlo da proliferação, circulação e do tráfico ilícito de armas ligeiras e de pequeno porte;

152. A violência praticada em todo o continente por grupos, terroristas e criminosos armados não estatais é uma recordatória constante do nível de morte e destruição que pode ser causado pelo desvio e comércio ilícito de armas e munições. Apesar disso, continuam a existir sérias insuficiências na prevenção e resposta a nível nacional e regional. Por seu turno, a Comissão lançou a Iniciativa de Gestão da Segurança das Munições para ajudar os Estados a identificar e colmatar as lacunas na segurança e protecção física e a criação de capacidades sustentáveis para gerir os arsenais nacionais e impedir o desvio e explosões acidentais. A Guiné Bissau esteve entre os países assistidos em 2017, através de formação e avaliações técnicas. A Comissão também finalizou o processo de avaliação dos candidatos para a lista dos profissionais Africanos em gestão de armas e munições que serão enviados para os Estados Membros para ajudar na capacitação institucional.

g. Desarmamento e Não-proliferação de Armas de Destruição em Massa

153. A Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE), realizou a sua 8ª Sessão Ordinária a 10 de Novembro de 2017 em Adis Abeba, num contexto de dificuldades financeiras e administrativas graves, que impedem o arranque do seu Secretariado e a implementação do seu programa de trabalho. A sessão resolveu organizar a conferência dos Estados Partes o mais cedo possível em 2018, para debater com os Estados Partes as medidas necessárias para colocar o Secretariado da AFCONE de novo nos carris.

154. Em observância do apelo lançado pela 584ª Reunião do Conselho de 29 de Março de 2016, a Comissão organizou um seminário de formação para os Pontos de Contacto Nacionais da Convenção de Armas Biológicas (BWC). O seminário resultou numa melhor compreensão das atribuições e responsabilidades dos pontos de contacto nacionais e ministrou formação em aspectos seleccionados do processo de implementação nacional, nomeadamente a elaboração de legislação e preparação de medidas de reforço da confiança.

h. Mulher, Paz e Desenvolvimento

155. Em 2017, os esforços da Comissão no domínio Mulher, Paz e Segurança, articularam-se em torno de três vertentes principais: Colmatar a lacuna entre a política e a implementação, reforçar o papel e a liderança da mulher nos processos de paz e segurança e em missões de advocacia a alto nível, a fim de trazer para ribalta as questões que afectam as mulheres, particularmente nos países afectados por conflitos. Nesta linha de raciocínio, o Gabinete do Enviado Especial para Mulher, Paz e Segurança, está em vias de concluir o Quadro de Resultados Continental para o acompanhamento e apresentação de relatórios sobre o cumprimento dos compromissos e progressos na implementação no domínio Mulher, Paz e Segurança, pelos Estados Membros. Além disso, durante o período em análise, o CPS dedicou a sua 728ª reunião realizada a 31 de Outubro de 2017, a uma sessão aberta sob o tema: “O papel da mulher na prevenção e no combate ao extremismo violento em África”, em comemoração da adopção da Resolução 1325 (1325 do Conselho de Segurança das NU sobre a Mulher, Paz e Segurança. Foi realizada uma Missão Conjunta de Solidariedade de Alto Nível entre as Nações Unidas e a Comissão da União Africana à Nigéria e à República Democrática do Congo (RDC), sob a liderança do Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas e do Enviado Especial do Presidente da Comissão para a Mulher, Paz e Segurança, com a participação da Directora Executiva da ONU Mulheres e do Representante Especial do Secretário-Geral das NU sobre a Violência Sexual em Conflitos. As duas organizações também prestaram apoio para a criação pelas mulheres dirigentes Africanas, de uma rede para a transformação de África, focalizada na paz, governação e desenvolvimento sustentável.

i. Crianças em situação de conflitos armados em África

156. O CPS continua a acompanhar a questão da protecção das crianças em situação de conflito, considerando-a como uma questão transversal em todas as suas decisões. O CPS dedicou a sua 706ª reunião realizada a 26 de Julho de 2017, a uma sessão aberta sob o tema: “Crianças-soldado/Crianças fora da Escola em Conflitos Armados”, na qual o CPS manifestou a sua profunda preocupação com o elevado número de crianças fora do sistema de ensino em África, particularmente nos países afectados pelos conflitos e o efeito resultante da pobreza extrema, realçando que esta tendência inquietante deve merecer a atenção necessária dos dirigentes políticos, activistas dos direitos humanos e de outros membros da Comunidade Internacional, incluindo da UA, em conformidade com a decisão de Janeiro de 2017 da Conferência, relativa à Implementação do Roteiro Principal da UA sobre as Etapas Práticas para Silenciar as Armas em África até o ano 2020.

j. Actividades do Painel dos Sábios

157. Em conformidade com o Artigo 11º do Protocolo do CPS, a 29ª Conferência Ordinária da União, realizada em Julho de 2017, nomeou os cinco novos membros do Painel dos Sábios, nomeadamente Hifikepunye Pohamba da Namíbia, pela região da África Austral; a Dra Speciosa Wandira Kazibwe do Uganda, pela região da África

Ocidental; Amr Moussa do Egipto, pela região do Norte de África; Ellen Johnson Sirleaf da Libéria pela África Ocidental; e Honorine Nzet Bitéghé do Gabão, pela região da África Central. Os novos membros do Painel foram empossados a 04-05 de Outubro de 2017 na Sede da UA em Adis Abeba e elegeram Hifikepunye Pohamba como seu presidente, para o período de Outubro de 2017 a Setembro de 2018. O Painel dos Sábios também chegou a acordo sobre as modalidades de eleição do seu presidente que contempla, entre outros aspectos, a alternância da presidência entre uma mulher e um homem todos os anos. O Painel adoptou igualmente o seu programa de trabalho até Dezembro de 2018, que prevê, entre outros aspectos, conferir uma maior dinâmica aos esforços da UA de prevenção e mediação de conflitos, através das cinco reflexões temáticas sobre as ameaças emergentes à paz e segurança, nomeadamente: a) Perspectivas para as democracias multipartidárias na África contemporânea: O papel para os processos estruturados de diálogo a nível nacional; b) Migração e Segurança Humana: Entendimento e atenuação dos efeitos da emigração irregular e forçada proveniente de África; c) Promoção da juventude como uma força para a paz, reconstrução e de desenvolvimento em África; d) Melhorar a mediação e resolução dos conflitos associados aos recursos naturais; e e) Religião, Paz e Conflito em África: a ambivalência do sagrado.

158. Importa recordar que na sua Decisão de Julho de 2017 que nomeia os novos membros do Painel dos Sábios, a Conferência da União decidiu criar uma “Rede Pan-Africana de Mulheres Mediadoras” (FemWise-África) como um órgão subsidiário do Painel dos Sábios, a fim de reforçar a participação activa da mulher na prevenção e mediação de conflitos e consolidação da paz em África. Por isso, o Painel dos Sábios tomou medidas para operacionalizar o FemWise-Africa, reunindo o seu Comité Director nos dias 5 e 6 de Outubro de 2017 em Adis Abeba, e reunindo a sua Assembleia Geral nos dias 13 14 de Dezembro de 2017 em Constantine, Argélia, tendo ambas lançado as bases para a elaboração de modalidades para o destacamento dos membros do FemWise-Africa para realizar o processo de cura e de diálogo, especialmente nas comunidades fronteiriças e as modalidades da parceria com o sector privado, com vista a ajudar a apoiar o diálogo com projectos de rápido impacto.

159. Por último, o Painel dos Sábios, que trabalha em estreita colaboração com as Comunidades Económicas Regionais (CER), enquanto Rede Pan-Africana dos Sábios (PANWISE), que congrega os actores na área de mediação, organizou o 5º Retiro do Painel dos Sábios nos dias 16-17 de Novembro de 2017 em Kampala, Uganda, sob o tema “*Tendências na Democracia, Eleições e Governação em África e as suas Implicações para o Estabelecimento da Paz*”. Marcando o 10º Aniversário do Relatório sobre Eleições do Painel dos Sábios, o retiro deste ano examinou o estado actual da democracia em África, dedicando atenção especial às eleições e os processos eleitorais; governação; o estado da implementação dos instrumentos jurídicos e normativos existentes. O Retiro também apresentou o núcleo Ugandês do FemWise-Africa.

D. CONCLUSÃO

160. De facto, o quadro geral do estado da paz e da segurança no continente é díspar, havendo situações a melhorar ao passo que outras continuam a enfrentar desafios, sendo assim necessários mais esforços sustentados da UA. A com organização das eleições com êxito na Libéria reforça a importância da reconstrução pós-conflito no continente. A persistência da violência no Sudão do Sul, na República Centro-Africana e na RDC continua a servir de testemunho da prevalência de conflitos internos na África, mesmo que, inquestionavelmente, a tendência geral seja de diminuição, pelo menos no que aos conflitos interestatais e internos diz respeito.

161. Não é preciso voltar a afirmar que o terrorismo e o extremismo violento que se sustentam com os ganhos da criminalidade organizada transnacional nas suas várias formas, nomeadamente tráfico de drogas, de seres humanos e armas de pequeno porte e ligeiras, constitui a ameaça mais séria contra a paz, a segurança e a estabilidade do continente. Este ano, a Somália viveu o ataque mais mortífero na história do terrorismo no continente, enquanto a AMISON continua actualmente a ser o único baluarte contra a tomada do país por grupos terroristas particularmente o Al-Shabaab, até que as forças nacionais da Somália estejam em condições de assumir o controlo efectivo. No Mali e no Sahel, os vários grupos terroristas que se aproveitam da vastidão do deserto, cada vez mais põem em causa a estabilidade dos países da região, que reagem de maneiras mais colectivas, tal como a criação e operacionalização da Força Conjunta do G5-Sahel o comprova. Na Bacia do Lago Chade, os países da região vivem diariamente as acções mortíferas do grupo terrorista Boko Haram, apesar de todos os êxitos alcançados pela Força Especial Conjunta Multinacional.

162. É evidente que o CPS realizou uma série de actividades além das suas reuniões regulares, a fim de encontrar uma saída para a crise e para os conflitos no continente. Essas actividades compreendem interacções com vários parceiros em particular o Conselho de Segurança das NU, o CPS da UA e outros órgãos da UA, entre outras. Além disso, as missões de campo à Comissão da Bacia do Lago Chade e RDC afirmaram o papel proactivo que o CPS pode desempenhar no continente em particular na consolidação da paz e na diplomacia preventiva. Essas acções deram uma oportunidade ao CPS para identificar meios para melhor fundamentar o seu processo de tomada de decisão, com base na dinâmica no terreno.

163. Não há dúvidas que as situações de crise e de conflito no continente apontam insistentemente para a necessidade de maior vontade política e empenho para atacar as causas, para garantir uma solução duradoura que pode impedir a recaída na violência. Neste contexto, é necessário envidar maiores esforços na prevenção, construção, consolidação e estabilização da paz, através de políticas de reconstrução e desenvolvimento pós conflito bem suportadas, adaptadas a cada país, particularmente aos países que saem de situações de crises ou de conflitos violentos. A reconstrução e desenvolvimento pós-conflito exige investimentos enormes, especialmente em termos financeiros, que geralmente não estão prontamente disponíveis no continente. Assim,

torna-se fundamental envidar esforços para mobilizar tanto o sector público como o privado, as instituições financeiras internacionais, assim como os Estados Membros da UA no quadro da Iniciativa de Solidariedade Africana, para conjugar esforços a fim de prestar um apoio fiável aos países que saem de conflitos em África. Por isso, a UA deve continuar a realçar o imperativo de todos os Estados Membros trabalharem para o desenvolvimento, para melhores condições de vida para o povo Africano, a fim de libertá-lo da pobreza, da desigualdade e dos conflitos violentos.

164. Neste âmbito, o CPS, em estreita cooperação com os Estados Membros, a Comissão e as CER/MR e com o apoio dos parceiros, acima de tudo as Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança, continua empenhado a prosseguir os seus esforços em particular no domínio da prevenção e do reforço dos mecanismos de segurança colectiva, tal como previsto na Arquitectura Africana de Paz e Segurança, a enfrentar as ameaças como o terrorismo e o extremismo violento. O CPS continuará a cumprir o seu mandato para o objectivo continental de silenciar as armas até 2020 e para uma África próspera que Aspiramos até 2063.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Peace and Security Collection

2018-01-29

Report of the Peace and Security Council on Its Activities and the State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9036>

Downloaded from African Union Common Repository